

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ÁREAS PERIURBANAS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NOS
MUNICÍPIOS CONURBADOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Graduando: Mateus Litwin Prestes

Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Geografia,
Departamento de Geociências da
Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Florianópolis, 2013.

Áreas periurbanas e a produção de alimentos nos municípios conurbados da Grande Florianópolis.

Mateus Litwin Prestes

Versão entregue à banca examinadora que avaliará o trabalho no dia 07 de fevereiro de 2013.

Banca examinadora:

Dr. Clécio Azevedo da Silva (Orientador, GCN/UFSC)

Dr. Joel Robert Georges Marcel Pellerin (GCN/UFSC)

Msc. Silvio Domingues Mendes da Silva (GCN/UFSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente meus pais Júlia e Luiz e minha irmã Simone pelo apoio e incentivo a me aventurar pelos caminhos do conhecimento, além de toda minha família e amigos pelo estímulo e compreensão.

Ao Prof. Clécio Azevedo da Silva, pelas oportunidades e receptividade no LabRural, bem como pela atenção durante as orientações nos trabalhos de pesquisa.

Aos professores e servidores do departamento de Geociências da UFSC que, de alguma forma, participaram e contribuíram em minha formação como geógrafo. À Profa. Ruth Emilia Nogueira pela atenção e oportunidades durante a graduação. À Profa. Gerusa Maria Duarte pela constante preocupação com a formação do “olhar geográfico” de seus estudantes e pelos mais variados incentivos durante minha graduação.

À Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelas bolsas de estudo e pesquisa durante a graduação.

Ao Prof. Joel G. M. Pellerin pelos materiais tão importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, por aceitar participar da banca de avaliação e analisar o trabalho realizado. Ao Silvio D. Mendes da Silva pela participação na banca e pela análise da pesquisa.

Às companheiras e companheiros do Centro Acadêmico Livre de Geografia – CALIGEO, pela amizade, pelas confraternizações, lutas e discussões políticas e acadêmicas que sem dúvidas refletiram na realização deste trabalho. Não citarei todos os nomes para evitar esquecimentos injustos.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa consiste em uma análise do espaço periurbano da Grande Florianópolis, com ênfase nos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, que formam uma conurbação na região. O objetivo geral é analisar os espaços periurbanos desta conurbação e os usos relacionados às atividades agropecuárias, através de uma avaliação do avanço recente da mancha urbana, da análise da localização das produções de alimentos e de uma caracterização dos usos desse espaço. Entendemos como periurbano os espaços localizados nos limites das cidades, que mesclam usos e características tanto rurais como urbanas em graus variados, constituindo locais de transição e que são a base para o avanço territorial das cidades. Seguimos com um debate entre autores da Geografia e de outras áreas do conhecimento acerca de temáticas como: processos de urbanização; conceituação de espaços rurais, urbanos e de transição; processos atuais da ruralidade; e concepções das relações rural-urbanas. A metodologia está pautada em revisão bibliográfica, análise de dados qualitativos e quantitativos a respeito dos temas abordados, trabalho de campo e desenvolvimento cartográfico. Com a execução da pesquisa foi possível averiguar a configuração atual dos espaços periurbanos da Grande Florianópolis, os processos socioespaciais nas últimas décadas que levaram a tal ordenamento territorial, bem como perspectivas atuais e futuras para a produção agrícola nesses espaços.

Palavras-chave: *espaços periurbanos, urbanização, produção agrícola, relações rural-urbanas.*

ABSTRACT

This research paper is an analysis of Great Florianópolis' periurban space, with emphasis on the cities of São José, Palhoça and Biguaçu, that together form a conurbation in the region. The main goal is to analyze the periurban areas of this conurbation and the land uses related to agricultural activities, through a review of the recent advance of urban sprawl, the analysis of the food production localization and the space's cover characterization. We understand as periurban the spaces located on the outskirts of cities, that mixes both rural and urban land uses characteristics in varied degrees, being transition places which are the basis for the territorial advancement of cities. We proceeded a debate between authors from Geography and from other areas of knowledge about topics such as: urbanization processes; conceptualizations of rural, urban and transition areas; current processes of rurality; and views of rural-urban linkages. The methodology is guided by literature review, qualitative and quantitative data analysis related to the topics, field work and mapping development. With the research progress was possible to verify the current configuration of the Great Florianópolis' periurban areas, the socialspacial processes in recent decades that led to such territorial order, as well as current and future prospects for agricultural production in these spaces.

Key words: *periurban spaces, urbanization, agricultural production, rural-urban linkages.*

Lista de tabelas e gráficos

- Tabela 1. População total, por município da região, série histórica (p.43)
- Tabela 2. População urbana, por município da região, série histórica (p.44)
- Tabela 3. População rural, por município da região, série histórica (p.44)
- Tabela 4. Valor Adicionado Bruto (VAB) ao PIB dos municípios, por setor da economia, em milhares de reais, 2010 (p.46)
- Tabela 5. Porcentagem do Valor Adicionado (VAB) bruto ao PIB dos municípios, por setor da economia, 2010 (p.47)
- Tabela 6. Densidade demográfica dos municípios, 2010 (p.48)
- Tabela 7. Pessoal ocupado, agricultura familiar e não familiar, total de indivíduos, 2006 (p.55)
- Gráfico 1. Número de estabelecimentos por área na região, 2006 (p.55)
- Tabela 8. Quantidade produzida em lavouras temporárias, 2006 (p.57)
- Gráfico 2. Quantidade produzida de produtos alimentares em lavouras temporárias (toneladas), por ano e município (p.58)
- Gráfico 3. Quantidade de leite produzida por ano e município (mil litros) (p.61)
- Tabela 9. VAB total e agropecuário para os municípios do periurbano imediato e posterior da Grande Florianópolis, 2010 (p.87)
- Tabela 10. Densidade demográfica para os municípios do periurbano imediato e posterior da Grande Florianópolis, 2010 (p.88)

Lista de figuras e mapas

- Mapa 1. Mapa de localização da área de estudos (p.42)
- Mapa 2. Ocupação urbana nos municípios da conurbação, 1976 (p.49)
- Mapa 3. Ocupação urbana nos municípios da conurbação, 1993 (p.49)
- Mapa 4. Ocupação urbana nos municípios da conurbação, 2008 (p.49)
- Figura 1. Loteamentos tipo “espinha de peixe” em São José (p.68)
- Mapa 5. Pontos coletados em campo (p.75)
- Figura 2. Área aberta com criação de equinos, São José (p.77)
- Figura 3. Loteamento com infraestrutura instalada, São José (p.78)
- Figura 4. Rua interna de loteamento periurbano em Palhoça (p.79)
- Figura 5. Produção de hortaliças próxima à cidade de Biguaçu (p.80)
- Figura 6. Produção de milho em Palhoça (p.81)
- Figura 7. Produção de hortaliças no interior de Biguaçu (p.82)
- Figura 8. Parque aquático no interior de São José (p.83)
- Mapa 6. Periurbano da Grande Florianópolis (p.86)
- Mapa 7. Cobertura e uso do solo nas áreas do periurbano imediato da Grande Florianópolis, 2012 (p.91)

Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1	
O rural, o urbano e a abrangência da análise a partir de suas inter-relações.....	20
Nova ruralidade, interface rural-urbana e outras formas de apreender o encontro de espaços distintos	29
Espaços periurbanos: de categoria a aporte metodológico de análise espacial.....	35
Capítulo 2	
Objeto e análise espacial	41
Produção de alimentos na área de estudos	54
Os espaços periurbanos entre legislações e a ocupações.....	64
Capítulo 3	
O que ocorre neste espaço que é urbano e rural? Expressão local dos aspectos analisados.....	71
Proposta de mapeamento e tipologias	84
Considerações finais.....	95
Referências bibliográficas	100

Introdução

O presente trabalho de monografia de conclusão de curso foi proposto a partir das experiências de pesquisa junto ao Laboratório de Estudos do Espaço Rural – LabRural, do Departamento de Geociências – GCN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em projeto intitulado *A dinâmica da produção de alimentos na Grande Florianópolis*, com auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFSC e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, além de outros trabalhos nas áreas da Geografia da Rural e da Alimentação. O projeto de pesquisa citado, em andamento, busca analisar a dinâmica da produção de alimentos na região a partir dos circuitos da produção hortícola e das relações rural-urbanas na localização das áreas de produção, visando uma abordagem territorial sobre o tema.

Através disso pensamos o tema da presente pesquisa, que visa aprofundar o quadro de análise das áreas periurbanas da região da Grande Florianópolis, focando nos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, cujas áreas urbanas formam uma conurbação que avança e determina o uso e ocupação do solo em áreas onde já existiu ou ainda se mantém produção agrícola. Chamamos de *periurbano imediato* as áreas limites e próximas às áreas urbanas dos municípios analisados, ou seja, aquele que se relaciona diretamente com a área urbana conurbada. O periurbano é o *locus* do avanço territorial da cidade, local onde se instalam atividades e ocupações que vão definir a permanência das características de campo e de ruralidade, ou a transformação em solo urbanizado, com características de cidade, ou até de usos que mesclam ambas as especificidades. Gera conflitos e complementaridades que fazem dessas áreas espaços visados por diversos agentes, causando transformações intensas e aparentes nas paisagens.

Tendo em vista que esses locais e seus agentes constituem relações socioespaciais que servem de base para interessantes estudos científicos e dada sua importância para a compreensão de temas como as relações entre campo e cidade, crescimento urbano e produção de alimentos, temos como objetivo geral analisar a condição atual dos espaços periurbanos da conurbação da Grande Florianópolis, bem como

seus usos relacionados às atividades agropecuárias. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Avaliar o avanço recente da mancha urbana;
- Analisar a localização da produção de alimentos em relação à proximidade com as cidades;
- Caracterizar os usos do espaço periurbano da região selecionada.

Existem diversas perspectivas para se pensar a relação campo-cidade ou rural-urbana, podendo ser a partir do avanço da cidade sobre o campo ou sobre a absorção, pelo campo, do fenômeno urbano. Segundo Ávila (2001),

Tradicionalmente, la dinámica de los espacios periurbanos ha sido analizada en mayor medida desde lo punto de vista de los urbanistas, que los ubican más bien a partir de la expansión de las ciudades y de cómo las zonas rurales que circundan a la urbe se van transformando, ubicándose finalmente éstos espacios en una determinada jerarquía dentro del conjunto urbano (Ávila, 2001, p. 112).

Em seu trabalho o autor busca compreender a relação campo-cidade a partir das transformações experimentadas pelo campo em seu contato com a cidade, analisando “es decir, con las zonas que absorben las ciudades en su expansión” (Ávila, 2001), através das “situaciones socioespaciales” vividas pelos habitantes desses espaços em mutação. Nossa problemática para este trabalho também caminha neste sentido, estando de um modo geral baseada no seguinte questionamento: é a cidade que avança ou o campo que recua? É o urbano que estende seu domínio para o meio rural do entorno ou o meio rural que assimila novas transformações em seu espaço tipicamente campeiro, absorvendo para o si a cidade em expansão? Busca-se compreender os processos de permanência e transformação dos elementos típicos de cada realidade espacial, rural e urbana, através de sua relação direta nas áreas limítrofes em questão.

As áreas periurbanas mesclam áreas de urbanização difusa com áreas de produção agrícola em diversos níveis e são verificáveis em grandes e médias cidades nos mais diferentes lugares do mundo. É possível analisar através do GoogleEarth as regiões urbanizadas e seus

espaços de transição rural-urbanos de cidades como Pequim, Londres, Cidade do Cabo, Bangkok, Nova York e São Paulo. Em algumas ainda existe proximidade do centro urbano com a produção de alimentos, outros são dominados por urbanização do tipo de grandes loteamentos, condomínios fechados ou de autoconstrução, em certos há uma clara mescla dos tipos de uso. Portanto, qual a expressão local do periurbano da Grande Florianópolis, sua abrangência e configuração espacial? E a produção de alimentos, como está inserida nesses locais de proximidade e como se articula com o centro urbano? Ela ainda permanece ou sede lugar à outras atividades e usos da terra?

Com isso, partimos de duas hipóteses fundamentais que orientam a pesquisa. A primeira diz respeito à produção agrícola no entorno das cidades, ela permanece apesar do avanço da mancha urbana e se modifica gerando especificidades gerais e locais. A segunda é sobre os centros urbanos, visto que eles dependem dessa produção de proximidade, principalmente por conta da demanda de produtos frescos, fator que contribui para a geração de conflitos nos usos dos espaços periurbanos. Existem modificações recentes que podem ser observadas através de dados e análises do passado recente da região, bem como a verificação *in loco* das condições atuais desses espaços. Santos (1997), sobre as interações entre os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas, chamados por ele de elementos do espaço, afirma que:

Na medida em que *função é ação*, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (Santos, 1997, p. 7, grifos do autor).

Para estudar as áreas periurbanas se faz necessário compreender o que ocorre nos espaços limítrofes das manchas urbanas e seu entorno rural próximo, portanto envolve o estudo da Geografia Urbana e da Geografia Rural. Apesar das imprecisões conceituais e das discussões que permeiam esses campos de análise, clarear os conceitos para estudar as relações rural-urbanas é fundamental para que passemos de uma análise meramente dicotômico-antagônica da relação rural-urbana para uma análise totalizadora, que abarque uma ideia de continuidade

espacial, vendo o rural e o urbano como parte de um mesmo conjunto de relações socioespaciais que se materializam de diversas formas em distintos lugares, com relações de conflito, complementaridade, cooperação, entre outras.

Em uma área urbana de conurbação, pelo fato das funções urbanas de uma ou da outra cidade se complementarem por conta do contínuo urbano entre elas, é possível pensar o espaço de entorno de forma integrada, numa perspectiva microrregional ou regional, dependendo das características do estudo, mas que considere a relação rural-urbana não de forma fragmentada, apesar da separação dos conceitos para o estudo ser necessária.

O desenvolvimento do trabalho esteve pautado na seguinte metodologia: levantamento e revisão bibliográfica de materiais referentes às temáticas: campo e cidade; relações rural-urbanas; avanço urbano; produção de alimentos; espaços periurbanos; e teoria e metodologia da Geografia. Foram realizadas pesquisas no banco de teses, dissertações e obras em geral nas bibliotecas da UFSC e da Universidade de São Paulo - USP, bem como com materiais do acervo pessoal do autor e do LabRural. Também foram utilizadas revistas eletrônicas de diversos centros de estudos, como por exemplo, publicações do Resources Centres on Urban Agriculture and Food Security – RUAF e do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA.

O procedimento adotado foi análise e sistematização de interpretações de autores de diversas áreas, em especial da Geografia, sobre os temas em debate, buscando uma síntese sobre o conceito de periurbano e sua aplicação na análise espacial, tanto teórica como metodológica. As legislações municipais referentes ao ordenamento e zoneamento do uso do solo bem como os critérios oficiais de definição de urbano e rural na legislação federal foram também consideradas na análise, assim como a proposta do novo plano diretor dos municípios de São José e Biguaçu.

O levantamento de dados estatísticos foi realizado, principalmente, junto ao Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, referentes à pesquisas de produção agrícola, censos demográficos e agrícola, entre outras, e do CEPA em relação à produção e comercialização de produtos agrícolas na região e no estado. Com o

tratamento dos dados estatísticos foram geradas tabelas e gráficos para explicações pertinentes aos temas tratados, servindo de apoio aos objetivos da pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2012 com a finalidade de levantamento de dados qualitativos sobre a região, com base na análise da paisagem de entorno e na funcionalidade dos locais visitados, além de uma visita à prefeitura do município de Palhoça para levantamento de leis de alteração de zoneamento. Durante as incursões na área de estudos procedeu-se um levantamento fotográfico da situação do periurbano da região para a compreensão do atual estado de avanço da urbanização e da localização de áreas de produção agrícola. Também foram coletados pontos com aparelho GPS para identificação da localização dos fenômenos analisados.

Com as análises conceituais, estatísticas e de campo foi proposta uma classificação para o uso e ocupação do solo no periurbano da conurbação da Grande Florianópolis no momento da pesquisa, baseada num critério qualitativo-morfológico, o que contribui para a visualização da situação atual do avanço urbano na região, bem como para uma proposta metodológica para análise dessas áreas em outros contextos socioespaciais. Na produção do mapa levamos em consideração a análise da paisagem durante as visitas a campo e a dispersão e localização dos objetos espaciais analisados com base em técnicas de fotointerpretação sobre imagens de satélite.

O trabalho, então, está disposto em três partes ou capítulos. O primeiro busca estabelecer um diálogo entre diversos autores que trabalham com os temas analisados e a proposta da presente pesquisa, abrangendo os processos referentes à ruralidade, relações rural-urbanas, espaços periurbanos, e avanço urbano. O segundo capítulo trata dos debates em relação ao espaço da Grande Florianópolis, seu avanço urbano recente, a atual produção de alimentos e sobre as legislações pertinentes de zoneamento e ordenamento territorial para os municípios em questão. O terceiro mostra as análises realizadas em campo sobre a configuração atual do periurbano regional e uma proposta de mapeamento com base nessas análises.

Capítulo 1

O rural, o urbano e a abrangência da análise a partir de suas inter-relações

É a cidade que avança ou o campo que recua? Esse questionamento surgiu para orientar a revisão teórica sobre a temática da pesquisa, as relações entre espaços rurais e urbanos e sua expressão nas áreas periurbanas. O ponto de partida dessa análise pode ser o espaço urbano como concentrador de funções e determinante das relações no espaço total, que inclui o rural. Também pode ser o rural como portador de uma identidade territorial que, a partir de suas culturas e organização espacial, se relaciona com a cidade. A paisagem é um elemento que permite distinguir a transição gradual entre o rural e o urbano em sua expressão espacial, fato que possibilita tentativas de classificações nas mais diversas escalas de análise. Cada uma das categorias assume funções específicas dentro do espaço total, o que define parte de sua inter-relação. Considerando que o alimento constitui “matéria essencial para la reproducción de la vida humana” (Silva, 2009, p. 20), não podemos minimizar a importância do estudos da inter-relação entre espaços urbanos e rurais, visto que ela é constante e fundamental.

Santos apresenta as categorias de forma, estrutura, função e processo que, se estudados através de suas inter-relações, constituem um aporte teórico metodológico importante para a compreensão dos “fenômenos espaciais em totalidade” (p. 52). Forma é o aspecto visível dos objetos, responsáveis por certas funções; função é “a atividade elementar de que a forma se reveste” (p. 50); estrutura refere-se às relações entre as partes; e o processo abarca a ideia da dimensão temporal, da permanência e transformação das formas ao longo da história. Discorrendo sobre a significação social das formas e de sua permanência ao longo no tempo, as chamadas rugosidades, afirma que o valor técnico das formas é determinado por meio das necessidades da estrutura. Portanto,

Se o movimento da sociedade impõe mudanças numa cidade como São Paulo, Nova Iorque ou Tóquio, ele não pode acabar

de vez com a totalidade dos edifícios aí existentes. Assim sendo, resta-nos tão somente uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instâncias já passadas (Santos, 1997, p. 55).

Essas categorias, analisadas dentro de um contexto espacial e histórico nos ajudam a visualizar a configuração territorial de determinados fenômenos em diversas escalas geográficas. As questões relativas ao urbano e ao rural, ou ao campo e a cidade, e o avanço das cidades são estudadas por diversas áreas das ciências humanas, jurídicas, tecnológicas, cada uma contribuindo dentro de suas possibilidades analíticas para o aprofundamento dos debates sobre os temas. Esses debates, que buscam caracterizar as categorias apresentadas são marcados, segundo Endlich, por elementos que variam no decorrer da história, sendo as concepções inseridas em dimensões espaço-temporais distintas, tornando pertinente se considerar o período histórico analisado. A autora apresenta o rural¹ e o urbano² como “adjetivos territoriais”, salientando que “a adoção literal de rural e urbano como adjetivos territoriais, sem nenhum outro critério adicional, implica, portanto, no estabelecimento administrativo e arbitrário dos limites entre um e outro” (Endlich, 2006, p. 14).

O problema da definição e delimitação de espaços rurais e urbanos no âmbito jurídico é tratado por Corrêa, Corrêa e Girardi, onde são apresentadas diversas leis que necessitam definir o rural e o urbano por conta de sua incidência, como por exemplo, o Código Tributário Nacional - CTN e o Estatuto da Terra. As interpretações variam de acordo com dois princípios: da destinação, que avalia a atividade exercida na área, como no caso da Lei 4.504 de 1964, referente à

¹ O Dicionário Aurélio define *rural* como aquilo “2. Pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo” (p. 1781), além de colocar o termo *campestre* como semelhante ou complementar. Para o verbete *campo* apresenta cinco definições que o relacionam com espaço rural, dado o grande número de significados para a palavra, entre eles “2. Terreno extenso e mais ou menos plano que tanto pode se destinar às pastagens de gado como ao cultivo agrícola [...]. 3. Grande terreno plantado; plantação [...]. 4. Zona fora do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades, na qual geralmente predominam as atividades agrícolas, ou zona onde se situam pequenas cidades de vilegiatura que não as de praia” (p. 379).

² Para *urbano* aparecem as definições “1. Relativo ou pertencente à cidade [...]. 2. Que tem características de cidade” (p. 2023), além de relacionar o termo com cortesia e civilidade. A definição de *suburbano* é pertencente ao relativo a subúrbio, que mora em subúrbio, sendo *subúrbio* as “cercanias de cidade ou outra povoação” (p. 1888).

reforma agrária; e da localização, que considera a posição espacial da propriedade, como no caso da Lei 5.172 de 1966 que dispõe sobre a cobrança do Imposto Territorial Rural - ITR (Corrêa, Corrêa e Girardi, 2001). As imprecisões conceituais, tanto nas legislações como no meio acadêmico levam a concepções muitas vezes limitadas para o estudo das relações rural-urbanas no espaço, podendo gerar conflitos políticos, ideológicos e até físicos entre agentes envolvidos no meio urbano e no meio rural.

O CTN, em seu artigo 32, assegura que a zona urbana é definida por lei municipal e necessita de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos: meio fio ou calçamento com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgoto sanitário; rede de iluminação pública; e escola primária ou posto de saúde a, no máximo, três quilômetros da propriedade. A lei municipal também pode considerar urbanas áreas urbanizáveis e de expansão urbana, destinadas à habitação, indústria ou comércio (Brasil, 1966a), definindo como critério, portanto, a localização. Esse critério abre margem para interpretações muito diversas dos poderes competentes, já que o município acaba definindo os limites das áreas com base na arrecadação fiscal, ao passo que não define as áreas rurais dentro de suas especificidades, apenas como a ausência de urbano (Marques, 2002). Tampouco considera transformações mais recentes do campo brasileiro, como o avanço das redes de eletrificação rural e a presença de escolas e postos de saúde em áreas rurais. Um assentamento rural, por exemplo, que mantenha uma pequena centralidade local com escola e/ou posto de saúde, cem metros de calçamento e está rodeada por pequenas propriedades familiares com energia elétrica está passível de ser considerada urbana pelo poder municipal.

Contudo, o decreto-lei 57, também de 1966, no Art. 15, afirma que o disposto no artigo 32 do CTN “não abrange o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados” (Brasil, 1966b), afirmando o princípio da destinação do imóvel em questão. E assim ocorre com outras leis que definem rural e urbano, uma oscilação entre os princípios de análise que geram problemas no ordenamento dos usos e formas espaciais, sobretudo nas áreas periurbanas, que na maioria dos casos são consideradas como de expansão urbana. Marques apresenta o

critério oficial³ brasileiro, também utilizado pelo IBGE, a respeito da classificação de áreas urbanas e rurais, que considera

[...] área urbanizada toda área de vila ou de cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (Marques, 2002, p. 97).

Para o Censo Demográfico de 2010, o IBGE utilizou o seguinte parâmetro para definir a localização da população em relação à sua área de residência:

Segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural (IBGE, 2011, p. 19).

O rural é definido pelos órgãos oficiais pela ausência do urbano, sem características próprias que orientam questões de planejamento, principalmente nas áreas periurbanas onde o limite entre um e outro é muito tênue. As vilas rurais, espaços com parco adensamento populacional se comparado a um centro urbano de fato, são considerados urbanos, mesmo que sua população, em muitos casos, esteja diretamente vinculada à atividade agrícola ou a localidade existe por conta dessas atividades.

Veiga (2003) se posiciona em relação à definição do que é espaço urbano e rural no Brasil. Para este autor, a definição deve levar em consideração o tamanho do município, sua densidade demográfica e

³ Em relação ao que é definido pelas leis da federação, dos estados e dos municípios, sendo importante para compreender a concepção dos órgãos e instituições estatais.

sua localização, sendo a densidade demográfica um dos principais critérios por expressar a pressão antrópica no meio. Sendo assim, são considerados de pequeno porte municípios com menos de 50 mil habitantes e 80 hab/km², o que representa 80% dos municípios e 30% da população brasileira. Outro elemento importante salientado pelo autor é de que deve ser compreendido numa abordagem territorial, não setorial como em muitas ocasiões, superando a dicotomia entre cidade e campo e dando maior relevância às aglomerações e às microrregiões (Marques, 2002). Essa concepção vem sendo amplamente analisada por diversos autores que trabalham com questões conceituais e de delimitação sobre rural e urbano no Brasil.

O autor salienta que em muitos casos o perímetro urbano dos municípios é definido às pressas no momento dos censos populacionais, gerando discrepâncias quanto às atividades desenvolvidas nesses locais. Assim sendo, mesmo que a economia local seja voltada ao setor agrícola, muito comum em pequenas cidades pelo país, o critério oficial gera distorções quando são definidos os limites urbanos em áreas de plantações, pastos e projetos de irrigação. A residência nesses locais “pode fazer com que fazendeiros, sitiantes, vaqueiros, boias-frias, quebradeiras de coco ou guardas florestais tenham posições e funções no território confundidas com as de bancários, corretores, guardas de trânsito, manobristas, flanelinhas ou garis” (Veiga, 2003, p. 57).

Dentro dos critérios propostos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que inclui tanto países europeus, com pequenas áreas e grandes densidades, como países de grandes proporções, entre eles Estados Unidos, Canadá e Austrália, considera rurais localidades com menos de 150 hab/km², considerados a partir das menores unidades administrativas ou censitárias dos países e de suas agregações funcionais, classificadas como mais urbanas, mais rurais ou intermediárias. Assim, as populações encontram-se em locais predominantemente urbanos ou rurais, ou numa categoria que mescla ambos os usos, porém o rural está presente em todas as categorias em diferentes graus (Veiga, 2007).

Para o caso brasileiro, Veiga mostra ser plausível considerar um corte para a densidade demográfica em 80 hab/km², considerando três categorias gerais que abrangem cinco tipos de “comportamento populacional” com base em um critério microrregional, sendo eles: “a) microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); b)

microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com mais de 80 hab/km²); e c) microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com menos de 80 hab/km²)”. O critério de densidade deveria estar relacionado com o tamanho populacional e a localização do município, sendo a densidade responsável por avaliar o nível de pressão antrópica, em forma de índice, quando este vier a ser construído (Veiga, 2007).

Para Bernardelli, a “vida rural” abarca elementos como a valorização da família e da comunidade, bem a como a religião, além de uma articulação mais próxima entre os espaços de trabalho e vida, em especial em pequenas propriedades e no trabalho familiar, além da aproximação com a natureza. Nesse sentido, coloca o trabalho (e sua divisão territorial, social e técnica) como um dos elementos a serem considerados no momento de definir o que é urbano e rural no espaço geográfico (Bernardelli, 2006).

O tempo no meio rural é marcado por outro ritmo, segue uma lógica territorial ligada às possibilidades da natureza, sendo que a intensidade das transformações também segue essa lógica, no cotidiano e ao longo do tempo, definindo assim outro modo de vida. Na atualidade a relação com a terra no meio rural está atrelada à produção agrícola e à sua reprodução, mas também como local de lazer e descanso da população urbana. Porém, a temporalidade é distinta entre os dois tipos de uso desse espaço, ao passo que para o produtor o tempo está organizado a partir das atividades de preparo da terra, plantio e colheita (além de outras atividades da propriedade), enquanto que para o lazer ela ainda pode estar atrelada à lógica urbana, apenas como espaço de consumo (Bagli, 2006).

Em muitos casos, as áreas periurbanas mesclam funções rurais do espaço com funções urbanas, portanto consideramos importante compreender um pouco sobre ambas as realidades espaciais. Lobato Corrêa mostra quatro momentos importantes para compreensão do espaço de uma cidade capitalista que permite visualizar elementos principais de sua constituição: 1) “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”; 2) “o espaço urbano é fragmentado e articulado”; 3) é um reflexo e condicionante da sociedade; 4) o condicionamento se dá através “do papel que obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção”. Sendo assim,

[...] o espaço urbano capitalista [...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato” (Corrêa, 1989, p. 11).

Assim, o autor define, para fins analíticos, cinco tipos de agentes que promovem o processo de “fazer e refazer a cidade”, sendo eles: *os proprietários dos meios de produção*, entre eles industriais, empreiteiros, que demandam áreas para comércio e atividades de produção; *os proprietários fundiários*, mais interessados nas áreas da periferia, para valorização da terra rural, extraem a renda da terra; *os promotores imobiliários*, responsáveis pelos loteamentos, incorporações e financiamento geralmente voltados para a “demanda solvável”, ou seja, aos que podem pagar; *o Estado*, também pode assumir os outros papéis descritos, é regulador do uso do solo e responsável pela cobrança de impostos, determina o valor das terras com investimentos de infraestrutura urbana, agindo nos poderes federal, estadual e municipal; *os grupos sociais excluídos*, que habitam antigos edifícios, conjuntos habitacionais ou casas de autoconstrução, muito presentes na periferia também, em terrenos públicos ou privados não utilizados (Corrêa, 1989). Esses agentes, operando de forma cooperativa ou em conflito, definem as características do avanço urbano no país, em especial para médias e grandes cidades, ou nas áreas de conurbação e formação de metrópoles.

Santos propõe uma análise espacial com base na evolução da urbanização no país, afirmando que o território nacional pode ser “grosseiramente” dividido entre *espaços agrícolas* e *espaços urbanos*. O autor parte do critério dos tipos de relações sociais realizadas pelas populações nesses subespaços, fato que o leva a constatar a existência de cidades nas regiões rurais e produção agrícola nas regiões urbanas, não havendo mais a distinção polarizadora campo contra cidade. “Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas às demandas urbanas” (Santos, 1996, p. 65). A atividade primária comanda a vida econômica e social nas regiões agrícolas, ao passo que os setores secundários e terciários assim o fazem nas regiões urbanas. Aqui é possível compreender a funcionalidade dos territórios para sua

classificação, concepção aprofundada mais tarde por Veiga, entre outros.

Nos debates acerca dos conceitos de urbano e rural aparece a perspectiva de *continuum*, apresentada por Rosa e Ferreira. Para as autoras, “a despeito de não se tratar de um conceito recente, atualmente essa expressão tem sido utilizada para caracterizar situações em que, tanto formas de vida e de trabalho rurais quanto urbanas estariam integradas” (p. 194). O conceito de *continuum* foi introduzido pelo antropólogo Robert Redfield, na década de 1930, a partir da ideia de que “a urbanização enfraqueceria os laços estabelecidos pelos grupos rurais, difundindo traços próprios da vida urbana”, sendo muito criticado por manter a dicotomia rural-urbana sem considerar fatores de interação, entre os grupos (Rosa e Ferreira, 2006). No intuito de evolução do debate conceitual, as autoras apresentam sua concepção da expressão, no sentido de que o campo e a cidade só podem ser entendidos, atualmente, através de suas relações.

E nesse contexto, acredita-se que o conceito de *continuum* possa ser repensado, não para reforçar a dicotomia urbano-moderno versus rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade (Rosa e Ferreira, 2006, p. 196).

A despeito da concepção utilizada para explicar o rural e o urbano como categorias ou adjetivos espaciais, é comum acordo suas relações em diversos graus e formas e suas diferenças, seja como paisagem, como modo de vida ou espaço de consumo. Porém, consideramos importante a análise de suas funcionalidades como aporte para compreensão dessas diferenças. As diferentes funções e toda a subjetividade decorrente disso (culturais, econômicas, políticas, etc) permitem que vejamos além da mera diferenciação e coloquemos cada um no seu respectivo lugar dentro do conjunto das relações socioespaciais.

A ideia do *continuum* rural-urbano é também apresentada por Rocha, que analisa os desdobramentos da sociologia europeia para explicar tal relação. Para Solari é necessário compreender o contexto de desenvolvimento da área de estudos, visto que em países com urbanização acelerada esse contínuo se apresenta com maior clareza,

pois o avanço do urbano sobre o rural é mais nítido, ao passo que ele é mais evidente em espaços com maior grau de industrialização e urbanização. Também a ideia do *continuum* não nega a existência de descontinuidades, trazendo a luz o critério voltado para um gradiente rural-urbano, onde não há fronteiras fixas entre um e outro (Solari, 1968 *apud* Rocha, 2010). Ainda ocorre certa polarização na análise entre os espaços rurais e urbanos, mas a base do pensamento está centrada na complementaridade de suas funções dentro do espaço total através de suas especificidades.

Portanto, o *continuum* a que se refere o autor evoca certa transitoriedade espacial entre a paisagem rural e urbana. A ressignificação do conceito de rural tem, por sua vez, forte inclinação territorial e está colocada a fim de se perceber um escalonamento da urbanização entre áreas urbanas e rurais (Rocha, 2010, p. 52).

Assim supera-se a mera dicotomia de se pensar o rural por uma única dimensão, partindo para uma perspectiva de escalas multidimensionais, considerando as descontinuidades e rupturas do rural por meio do grau de urbanização (Solari, 1968 *apud* Rocha, 2010). No caso de nossa região de estudos é necessário se pensar esse gradiente na relação campo cidade, visto que trabalharemos numa escala microrregional e a ideia do contínuo parece conveniente para esta situação, onde o predomínio urbano gera efeitos diretos sobre o meio rural imediato, e que persistem locais onde o rural e a ruralidade estão presentes de forma generalizada e outros onde o avanço da cidade e de uma urbanização difusa se mostram presentes na paisagem.

A ideia de gradiente se mostra muito interessante no momento de se propor uma cartografia das áreas periurbanas, um recurso técnico que contribui para uma análise territorial dos processos de avanço urbano e suas relações com meio rural circundante. Isso será aprofundado mais adiante neste trabalho.

Nova ruralidade, interface rural-urbana e outras formas de apreender o encontro de espaços distintos

No estudo das relações rural-urbanas são diversos os termos, expressões e conceitos utilizados para apreender a configuração territorial e a relação material e imaterial, desses espaços. É possível considerar nas análises processos como a contraurbanização, a nova ruralidade ou a rurbanização; ou na expressão territorial dessas relações, como a interface rural-urbana, espaço de transição rural-urbano, periferia urbana e rural-urbana, e as áreas periurbanas, conceito-chave do presente trabalho.

Na década de 1940 já havia referências ao conceito de periurbanização⁴ ou rurbanização, conforme apresentado por Ávila, em especial na produção anglo-saxônica, onde se descreviam os espaços de *commuting*,⁵ em função dos deslocamentos efetuados por parte da população, em especial a classe média e alta, que passou a optar por morar longe dos centros urbanos. “Un elemento importante en el fenómeno fue el desarrollo de los medios automotrices del transporte como impulsores del proceso de extensión de las ciudades, modificando las zonas agrícolas alrededor de la ciudad” (Ávila, 2004, p. 101). Os meios de transporte particulares, em especial os automóveis, permitiram uma forma de mobilidade individual que tornou viável o traslado diário entre uma área no entorno de uma grande ou média cidade para as áreas centrais, causando uma “disociación de espacios de residencia y trabajo, así como del comercio” (idem).

O fenômeno da contraurbanização, estudado por Berry, analisa sua ocorrência em alguns países distintos, em especial nos Estados Unidos, onde o autor afirma que o processo clássico de concentração urbana parecia ter acabado, modificando o padrão de alocação populacional no sentido de uma descentralização, em direção a médias cidades e pequenas centralidades fora das regiões metropolitanas. Esse

⁴ Ávila (2001), retomando o conceito francês de periurbanização, afirma que “se refiere a la extensión continua de la ciudad y a la absorción paulatina de los espacios rurales” (p. 109), onde se desenvolvem práticas agrícolas e pecuárias ligadas aos mercados urbanos, além de outras atividades não primárias.

⁵ Segundo o dicionário Password (2000), o termo *commute* refere-se ao deslocamento diário entre dois lugares, em especial entre as residências nos subúrbios e o trabalho nas cidades.

movimento também foi verificado na Inglaterra, na Austrália e no Canadá. No caso da China, as políticas de estado, em especial durante os governos de Mao Tsé Tung, visavam a supressão do antagonismo entre campo e cidade através de uma “ruralização industrial”, assim como da “urbanização industrial”⁶, como meio de se reduzir a distinção entre trabalho manual e intelectual, criando uma sociedade ruralizada (Berry, 1978).

Assim sendo, a contraurbanização diz respeito à um processo de desconcentração populacional, podendo ser identificados alguns tipos de expressão espacial distintos. A “descentralização individualista” reduz a densidade e o tamanho das cidades criando um modo de vida mais ruralizado nos países capitalistas mais liberais; na Europa ocidental, nos Estados de bem-estar social, o planejamento de novas cidades como contraponto aos interesses privados especulativos; e as ideias soviéticas de superação do antagonismo campo-cidade e criação da cidade socialista como novo padrão de assentamentos humanos (Berry, 1978).

A princípio, é um fenômeno demográfico, de deslocamento das populações aos espaços suburbanos e rurais, expressivo principalmente nos países industrializados, e que causa um aumento da população rural. Mas possui seu caráter econômico, ao passo que o estímulo ao desenvolvimento da atividade industrial, não necessariamente ligada ao setor agrícola, com incentivos fiscais e qualificação da infraestrutura por parte dos Estados, provoca a descentralização da indústria, para fora dos grandes centros, como observado no Grã-Bretanha e na França (Ávila, 2001), gerando funções diversas no meio rural e realocando a mão de obra. Ratier reforça que a contraurbanização é possível e verificável em países europeus, geralmente onde os espaços livres são cada vez mais escassos e o desenvolvimento das redes de comunicação permite uma aproximação entre os lugares. Como no caso inglês que vem buscando uma valorização do rural atrelada ao consumo desses espaços, em especial por uma classe média urbana que hoje faz parte da ressignificação desse rural. (Ratier, 2002).

Ratier analisando o fenômeno da nova ruralidade, com base em pensadores norte-americanos, em especial sobre a realidade do Canadá, mostra novos atores e processos do meio rural, sendo eles: residentes

⁶ O autor utiliza os termos “*industrial urbanization*” e “*industrial ruralization*” (Berry, 1978, p. 29).

rurais com trabalho urbano não-agrícola; residentes rurais com trabalho não-agrícola em sede rural; pessoas que decidem mudar-se para o campo e desenvolver atividades agrícolas, sendo esses últimos os neo-rurais propriamente ditos. Para o caso brasileiro, o novo rural seria composto por: uma agropecuária moderna de *commodities*; atividades de subsistência com uma agricultura mais rudimentar que envolve trabalhadores sem-terra; atividades não-agrícolas voltadas para segunda residência ou turismo e lazer; e por fim novas atividades agropecuárias voltadas para nichos de mercado (Jean 1989, Graziano 1999, *apud* Ratier, 2002).

Ávila apresenta aspectos como a reestruturação produtiva, questões ambientais, modernização agrícola, turismo rural, entre outros, como expressões da dinâmica atual do meio rural; processos associados, grosso modo, a um novo modelo territorial flexível, pós-fordista, que gera disparidades na inserção dos lugares num contexto de economia globalizada (Ávila, 2008). A questão da diversificação das atividades econômicas no meio rural (práticas agropecuárias intensivas, comércio, indústria, turismo, entre outras) como responsáveis pelo reordenamento espacial do rural e pela ressignificação das relações culturais, econômicas e sociais é o ponto em comum daquilo que se utiliza para caracterizar a nova ruralidade. Para a Geografia e os estudos territoriais, o autor afirma que:

[...] interesa destacar los reacomos y la reestructuración territorial que ocurre en el medio rural, producto de su lugar en la jerarquía de los sistemas metropolitanos; las redes, los flujos y los roles que se establecen a partir de su relación con la ciudad central, rectora del espacio (Ávila, 2008, p. 107).

Assim, a nova ruralidade está associada a uma ampla gama de processos e situações que ocorrem nos espaços rurais da atualidade, com especificidades locais, regionais e nacionais. Uma situação identificada pelo autor no México é a transferência de fases da produção industrial de algumas empresas para as zonas rurais, funcionando com base no trabalho doméstico, altamente rentável para as grandes empresas devido aos baixos custos de produção e a ausência de direitos trabalhistas (Ávila, 2008).

Expressões como espaços de transição rural-urbana, interface rural-urbana, periferia rural-urbana, hinterlândia e periurbano

constituem aportes conceituais, e algumas vezes metodológicos, para entender as relações de ordem material e social que se estabelecem entre espaços totalmente rurais, totalmente urbanos e sua gradativa junção. Trata-se de áreas possíveis, em alguns casos, de serem delimitadas fisicamente, e que pressupõem características sociais, econômicas, culturais e territoriais próprias desses espaços, formados pela conexão dinâmica entre valores urbanos e rurais espacialmente referenciados. Essa dinâmica esta refletida, por exemplo, no fato de que, como espaço de transição, seus usos e ocupações seguem uma lógica própria, apta a absorver elementos de ambas as esferas e sintetizá-las na conformação de suas paisagens.

Lobato Corrêa define como periferia urbana

uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui: a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo; b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização. Em realidade, pode-se falar em uma periferia suburbana ou **subúrbio** simplesmente, e em uma **periferia rural-urbana** (Corrêa, 1986, p. 70, grifos do autor).

O autor vê nessa periferia urbana, mesmo que ainda pouco definida, a verificação da “mudança mais palpável do rural ao urbano”, e também analisa o papel das classes dominantes na produção desse espaço, no sentido de impulsionar os usos nessas áreas para produção imobiliária, implantação de indústrias, extração da renda fundiária e serviços. Mostra duas periferias distintas, dos pobres e dos ricos, e a intervenção do Estado na valorização das terras por meio da implantação de infraestrutura urbana quando assim convém ao poder público (Corrêa, 1986).

A expressão interface rural-urbana também é utilizada para designar as áreas limites entre urbano e rural. Stoica, Talanga e Zamfir abordam os fluxos entre essas duas esferas, comandados, segundo alguns autores, pelas políticas ou estratégias locais, regionais e nacionais, ou mesmo por processos internacionais de desenvolvimento, também podendo ser analisados através de três dimensões, sendo elas a funcional, organizacional e institucional, em micro, meso e macro escalas. Sendo assim, o conceito aparece para compreendermos os

mecanismos que configuram a funcionalidade e a natureza da dependência mútua desses espaços. Para o caso da Romênia, as cidades maiores, em especial Bucareste, a interface urbano-rural é mais aparente na paisagem, principalmente pela presença de *shoppings* e localidades residenciais, ao passo que em cidades menores, ou coincidem com os limites administrativos ou não existem (Stoica, Talanga e Zamfir, 2010).

Quevedo Neto analisa o processo de expansão urbana da Grande São Paulo, com base na transformação de espaços naturais em cidade, e afirma que como consequência se presencia a degradação ambiental e o afastamento dos cinturões verdes, sendo que essas áreas, muitas vezes encontram-se sem amparo institucional. No caso dos países do terceiro mundo, o alto crescimento populacional associado à renda baixa e desigual e a valorização das terras nas áreas de transição tornam o problema mais sério, gerando, por exemplo, a favelização das periferias. Ações como zoneamento e regulamentações são apenas parte do conjunto de forças que determinam o uso dessas terras, afetadas por agentes públicos e privados (Quevedo Neto, 1993).

A especulação imobiliária constitui um fator de grande relevância nas áreas de transição, visto que se encontra relacionada intimamente com a renda da terra. Para Quevedo Neto e Lombardo, as mudanças mais palpáveis são no momento de “transferência da propriedade e refletem diretamente os valores econômicos e culturais de que estão imbuídos as instituições, as corporações e os indivíduos nas transações imobiliárias” (Quevedo Neto e Lombardo, 2006, p. 259). Estão, portanto, relacionadas com a economia de mercado e a propriedade privada da terra, gerando padrões ineficientes e de desenvolvimento e expansão urbana (*idem*).

Muitas vezes os problemas identificados nas áreas periurbanas são, segundo Veenhuizen, a falta de valores urbanos ou a supressão dos valores rurais, falta de infraestruturas, serviços e regulamentações. Apesar da necessidade de uma definição clara das áreas periurbanas, também chamadas pelo autor de interface rural-urbana ou franja rural-urbana, esses critérios não são adequados para a compreensão das comunidades e da paisagem dessas áreas de fronteira, sendo necessária uma visão que considere a emergente coexistência dessas duas realidades (Veenhuizen, 2003).

Sem a intenção de realizar um transplante de modelos analíticos, buscamos o esclarecimento de alguns termos utilizados nas bibliografias sobre as relações rural-urbanas como aporte teórico e metodológico para a compreensão dos espaços periurbanos. A utilização do conceito de periurbano para compreensão da realidade nos limites urbanos da conurbação da Grande Florianópolis permite para além da descrição de processos específicos de determinadas redes urbanas de outros países, que tenhamos uma ideia abrangente das relações sociais, políticas, econômicas e territoriais dos espaços de transição rural-urbanos em sociedades com diferentes *status* de desenvolvimento econômico. O conceito de periurbano permite criar uma relação direta dos processos que envolvem essas áreas e suas relações espaciais, foco desta investigação.

Espaços periurbanos: de categoria a aporte metodológico de análise espacial

No início do século XIX, Von Thünen identificava o entorno da área urbana por meio da abstração do Estado Isolado, situação hipotética na qual o espaço é gerido apenas com suas relações internas e organizado na forma de anéis concêntricos, onde o centro é a cidade que absorve a produção do entorno e as culturas estão localizadas em anéis de acordo com a distância do centro e suas especificidades, como silvicultura, carne, grãos, raízes, variando sua posição em relação à intensidade do transporte dos produtos (Waibel, 1948). Assim sendo, a primeira faixa que se limita com o centro urbano é a horticultura.

Na faixa mais interna, aparecem os produtos que não podem suportar transporte de longa distância, como verduras, frutas, flores e leite. Como o adubo suficiente pode ser trazido da cidade, a economia é muito intensiva. Não é necessária a rotação de culturas. Prevalece a livre economia dos hortelãos (Waibel, 1948, p. 4).

Aqui aparece um elemento importante que diz respeito à produção de alimentos nas áreas periurbanas, característico de um tipo de relação rural-urbana, hoje também entendida como “circuitos de proximidade” (Silva, 2009). A cultura intensiva do solo é estimulada pela proximidade com a cidade, por conta da demanda por insumos e por conta da demanda do mercado consumidor dos produtos que são comercializados frescos e possuem alta perecibilidade. Essas formas de uso do solo, muito ligadas à agricultura familiar, ainda se reproduzem nos locais próximos aos centros consumidores, definindo os limites espaciais do campo e da cidade, além de apresentarem atividades econômicas dinâmicas que podem se associar à práticas de preservação ambiental, muito importante para o entorno de cidades cada vez mais caóticas e saturadas.

Santos (1996) faz referência à produção agrícola cerca das cidades, afirmando que nas

idades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração ou em suas

proximidades com atividades agrícolas frequentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população (Santos, 1996, p. 65).

Sobre o conceito de *circuito espacial produtivo*, Castillo e Frederico apresentam um debate interessante baseado nos estudos de Milton Santos. A ideia de circuito produtivo é apresentada como uma unidade constituída de elementos distintos, onde a mercadoria é entendida a partir de sua circulação, desde a produção até o consumo final. O movimento, fluxos materiais (mercadorias) e imateriais (informação), se tornam imprescindíveis para a operacionalização do conceito. O termo espacial é visto “como variável ativa na reprodução social” (p. 463), ao passo que o termo produtivo relaciona-se ao ramo da atividade em questão, envolvendo agentes e firmas. (Castillo e Frederico, 2010). O conceito de circuito espacial produtivo refere-se à compreensão do movimento das mercadorias, dos agentes, das informações, etc. sobre o espaço geográfico, através de um fracionamento sistemático de algum aspecto da realidade econômica, neste caso a produção de alimentos, dentro de uma escala proposta.

Neste sentido, Silva atenta para a especificidade dos circuitos a partir da análise das relações de proximidade inerentes a determinados circuitos produtivos de alimentos. “Los circuitos de proximidad serian aquellos donde la producción y circulación del excedente se destinan a la consumición local o regional” (Silva, 2009, p. 15). Para isso, o autor numera três pontos cruciais para a compreensão destes, sendo eles: 1) a ligação mais estreita entre sociedade e natureza, dado o menor número de processos entre produção e consumo; 2) a assimilação da produção familiar e de pequenas empresas devido à menor escala de atuação dos agentes, permitindo a inclusão social de pequenos agentes; e 3) a perspectiva de segurança alimentar, tanto para produtores como para consumidores, em especial aqueles com menores rendas, devido à redução de custos da maior oferta regional e redução do valor agregado aos produtos (Silva, 2009). O conceito de circuitos de proximidade ajuda na análise dos componentes socioeconômicos dos espaços periurbanos, visto a importância da manutenção de áreas de produção de alimentos com relativa proximidade dos centros urbanos consumidores, como geradoras de renda no meio rural, equilíbrio ambiental e segurança alimentar para as populações, tanto em qualidade como em disponibilidade de alimentos.

Segundo Ávila, nos países industrializados, o fenômeno da periurbanização está relacionado, em sua constituição, principalmente, à descentralização da indústria e do comércio em direção à esses espaços periféricos, assim como à saída de populações das cidades em direção ao campo por conta da qualidade de vida, segunda residência, atividades de turismo e lazer. Já nos países emergentes, os espaços periurbanos foram ocupados, legal ou ilegalmente, por populações advindas do campo impulsionadas por um intenso êxodo rural, geralmente seguindo as vias de acesso das cidades, gerando formas de povoamento difusas. Assim, o autor aborda dois processos gerais associados às transformações desses espaços: a mutação e a requalificação territoriais. O primeiro ligado à assimilação de novos elementos procedentes do exterior, alheios à realidade rural, resultado de uma dinâmica funcional. O segundo, ligado às mutações sociais e espaciais, "da lugar a un nuevo territorio, apropiado por nuevos actores, con una nueva coherencia" (p. 107), afetando principalmente a organização econômica desse território (Ávila, 2004). Com isso, na concepção de periurbano enquanto processo, pode-se ter a urbanização apenas expressa no espaço, ou como processo predominante, estando, tanto o rural como o urbano, coexistindo como modos de vida.

O deslocamento cotidiano dos espaços rurais até os centros urbanos, local de trabalho de novos habitantes de áreas rurais próximas, tem se tornado um fator estruturante dos espaços periurbanos e rurais, de acordo com Ávila. Para ele, esse acesso diferenciado cria outras formas de viver e habitar o rural, trazendo novos elementos para se pensar o uso dessas áreas.

Una de las cuestiones principales en cuanto al futuro de lo rural es ubicar hasta dónde llegará la expansión del hábitat urbano en el campo, más allá de las coronas actuales de la periurbanización, y cuales formas son susceptibles de revertir, cuando aumente la distancia a la ciudad, al polo de empleo y centro de servicios superiores (Ávila, 2008, p. 117).

O mesmo autor, tratando das discussões realizadas no *Seminário Internacional Expansión Metropolitana en la Región Central de México*, em 2001, afirma que como conclusões do evento se pode perceber a inexistência de uma teoria para compreensão dos processos periurbanos a partir de nossas realidades locais, sendo que em muitos casos ocorrem interpretações a partir de experiências de países europeus.

Não que essas não sejam importantes, porém há aspectos próprios, em especial no México e na América Latina, que definem suas áreas periurbanas, como despejos de populações, expropriações, violência, ocupações, entre outras, onde os atores centrais aparecem marginalizados na gestão de seus territórios. Há uma demanda de explicações e aportes teóricos e metodológicos específicos que vão além das definições territoriais para fins de políticas de ordenamento (Ávila, 2005).

O conceito de espaço periurbano, portanto, assume o caráter de aporte metodológico quando suas características são analisadas dentro da perspectiva de sua funcionalidade. A existência de áreas destinadas ao lazer, à produção de alimentos ou a planos de expansão urbanos só podem ser entendidos dentro de suas dinâmicas territoriais. Para os países em vias de desenvolvimento, em especial o caso brasileiro, a necessidade imediata de planejamento territorial para essas áreas torna o problema um campo aberto tanto para investigações como para lutas sociais das populações desses locais. Muitas comunidades já instaladas, principalmente favelas e periferias sociais, demandam infraestrutura urbana compatível aos padrões de sanidade e qualidade de vida das áreas urbanas centrais. Comunidades rurais demandam garantias legais contra a especulação imobiliária e a favor da reprodução de modos de vida e produção agrícola para os centros consumidores. Tudo isso pode ser pensado dentro de uma perspectiva de planejamento que não fragmente essas áreas, mas que as coloque dentro de um conjunto de relações necessárias à reprodução tanto da cidade como do campo.

A operacionalização do periurbano como categoria da geografia está também atrelada à questão de escala do fenômeno. É possível atribuir três significados espaciais para a compreensão da escala, segundo Montello. A escala cartográfica define o tratamento das informações, sendo que um mesmo fenômeno pode ser representado por um ponto quando se propõe uma análise generalizante, ou por uma área para análise específica. A escala de análise, por sua vez, consiste na forma de agregação dos dados, tanto referente à sua representação cartográfica como do estudo como um todo, “pode ser considerada como sinônimo de recorte espacial, de delimitação da área de estudo”. A escala do fenômeno, por sua vez, diz respeito à extensão de determinado fenômeno no espaço geográfico a partir da definição de padrões que não representam categorias fechadas, mas sim que se inter-relacionam com outros elementos espaciais e dependem do esclarecimento, por parte do

pesquisador, de quais conceitos foram utilizados e como esse fenômeno foi abordado (Montello, 2001 *apud* Queiroz Filho, 2009).

Ramiréz em artigo sobre as formas de analisar as relações rural-urbanas por meio da transformação dos espaços lista, através de diversos autores, diferentes aportes para pesquisas sobre periurbano. Entre elas estão: a forma espacial do entorno das cidades, sendo ele rural ou urbano; os processos de mutação do campo em cidade; as formas de organização produtiva; ou a estrutura rural cada vez mais urbana com a expansão do capitalismo. Dentro dessas possibilidades a autora identifica o elemento comum, de convergência, que é o espaço em que se localizam as reflexões (Ramiréz, 2005). Assim,

la tarea que nos ocuparía entonces es la de encontrar, efectivamente, una definición sobre las zonas cercanas o adyacentes a las ciudades, en el caso de que nos aproximemos desde la perspectiva urbana. Pero si nuestra mirada proviene de la perspectiva rural, a la cual es preciso que nos abramos, correspondería analizar las distintas zonas que han quedado insertas en las ciudades. El espacio es el mismo, la mirada, sin embargo, es diferente (Ramiréz, 2005, p. 65).

Com os debates explicitados até agora é possível ver que tão difusos são os espaços periurbanos em si quanto as formas de analisá-los. Veenhuizen apresenta quatro critérios principais comumente utilizados para a definição desses espaços, sendo eles: critério físico incluindo padrões de vias e densidade de edificações; critério funcional a partir dos sistemas de comunicação, emprego e transportes; critério social e sócio-psicológico com base na vida social e qualidade de vida nesses locais; e critérios administrativos e limites locais (MDP, 2001 *apud* Veenhuizen, 2003).

Em relação à agricultura nas áreas de entorno das cidades a Food and Agriculture Organization - FAO⁷ define dois tipos predominantes, a agricultura urbana e agricultura periurbana. A primeira diz respeito aos cultivos inseridos dentro do espaço urbano em pequenas superfícies como terraços, terrenos, hortas, etc, destinados à cultivos ou pequenas produções de gado para consumo próprio ou para mercados de

⁷ Órgão da Organização das Nações Unidas – ONU ligado às questões de alimentação e produção agrícola.

vizinhança. O segundo diz respeito às produções localizadas próximas às cidades com exploração intensiva comercial ou semicomercial para cultivo de produtos hortícolas e criação de animais principalmente para ovos e leite. O documento, resultado de um evento, também afirma que distinção entre zonas urbanas e periurbanas varia de acordo com o país em questão e que a definição destas depende de fatores como a densidade e tipos de uso da terra, que mostram as limitações e oportunidades para a agricultura (FAO, 1999).

O periurbano, enquanto fenômeno espacial terá sua definição a partir da existência de funções e formas gerais com expressões específicas dessas áreas. Sua existência está atrelada ao fato de estar localizado nos limites mais ou menos próximo de uma área urbana, sendo que áreas mais distantes não serão mais consideradas periurbanas, mas sim rurais, como no nosso caso de estudos, ou de um modo geral no Brasil, onde as dimensões do país permitem a ocorrência de regiões suficientemente afastadas umas das outras. Nos casos de países europeus, por exemplo, o periurbano de uma grande ou média aglomeração urbana pode se confundir com o periurbano de outra por conta de outras relações de densidade demográfica, como a região de Düsseldorf e Colônia, por exemplo, duas cidades importantes à oeste da Alemanha.

Sempre partindo do pressuposto da interdependência das instâncias espaciais (rural e urbano), fundamental para a compreensão das relações no atual momento histórico, vê-se a necessidade de clarear as formas, estruturas, funções e processos de cada realidade, na busca pela integração das partes em um todo, o espaço geográfico. Não almejamos a distinções na oposição entre as categorias, mas em sua complementaridade. Por isso a possibilidade de análise dos espaços periurbanos através dos circuitos de proximidade e produção de alimentos. Essas produções constituem o principal elo das relações rural-urbanas, visto a dependência da cidade da produção desses alimentos para a vida das populações, visto a dependência do campo em produzir alimentos e escoar para a cidade como fonte de renda e reprodução.

Capítulo 2

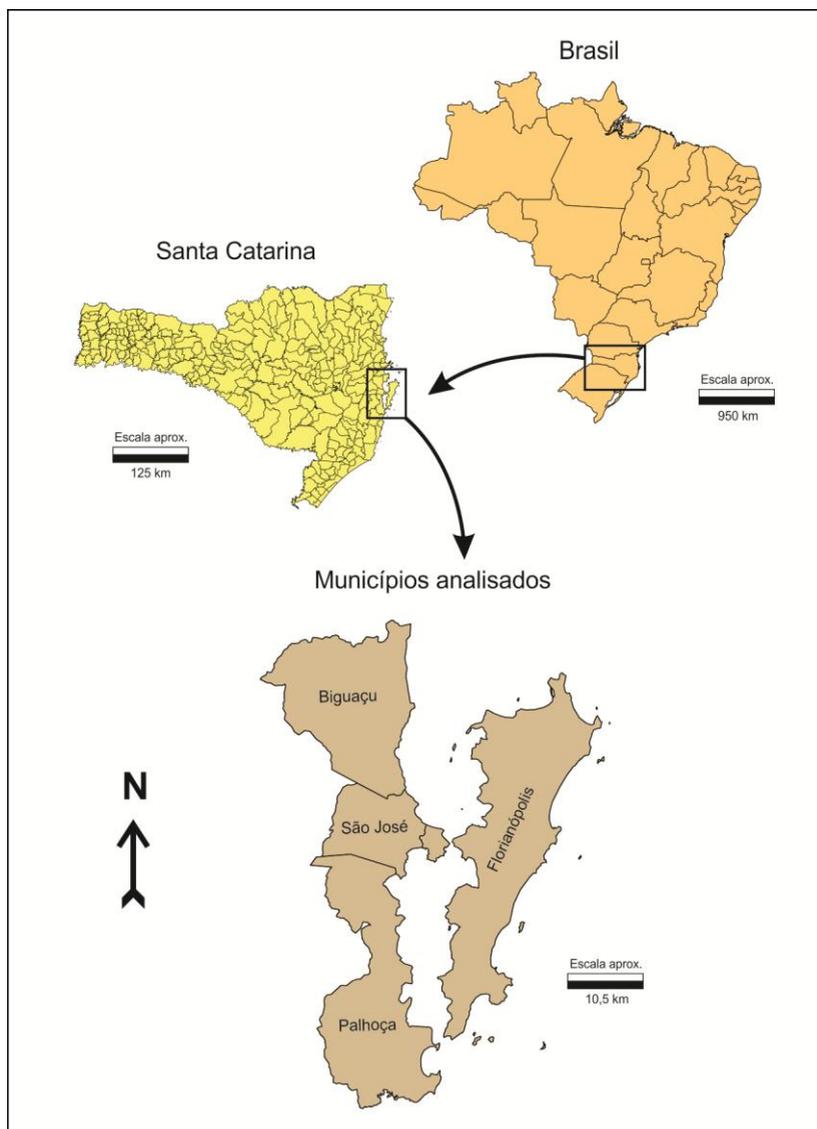
Objeto e análise espacial

A análise proposta nesta investigação está centrada na existência e reprodução dos espaços periurbanos na região da Grande Florianópolis. Essa região foi definida primeiramente pela lei estadual Nº 162 de 1998, que junto com outras regiões, apresenta um Núcleo Metropolitano e uma Área de Expansão Metropolitana, com base na dependência de planejamento integrado, entre os municípios, de serviços públicos como saúde, educação, transporte, infraestrutura, entre outros necessários ao desenvolvimento regional. Atualmente as regiões metropolitanas do estado de Santa Catarina são regidas pela Lei Complementar Nº 495 de 2010, que mantém os mesmos municípios, tanto para o núcleo quanto para a área de expansão metropolitana.

Assim, dos nove⁸ municípios que compõem o Núcleo Metropolitano, selecionamos os municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José, que formam a área conurbada da região. É possível identificar os municípios de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos como eixos de conurbação, considerando as vias de acesso a eles e suas ligações com os municípios conurbados, bem como Santo Amaro da Imperatriz como um eixo de conurbação mais avançada, porém ainda em processo de consolidação.

O Mapa 1 apresenta a localização dos municípios selecionados em relação ao Brasil e ao estado de Santa Catarina.

⁸ O Art. 5º da Lei Complementar Nº 162 de 06/01/1998 estabelece os municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara como Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Florianópolis; e os municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas como Área de Expansão Metropolitana (Santa Catarina, 1998).

Mapa 1. Mapa de localização da área de estudos.

Elaboração em ArcGIS e Corel Draw: PRESTES, M. L., dez. 2012.

Como a conurbação é caracterizada pelo contínuo urbano formado por unidades territoriais distintas, atentaremos para as áreas urbanas limites da conurbação e suas áreas rurais de entorno, formando com isso o objeto do estudo que são os espaços periurbanos. Por conta disso buscaremos uma abordagem regional para análise de dados estatísticos e espaciais. O município de Florianópolis, embora não seja o foco da investigação, aparece como parte de alguns conjuntos de dados pelos seguintes motivos: 1) o desenvolvimento dos municípios do entorno está associado ao crescimento deste município por ser ele o topo da hierarquia urbana regional; 2) a parte continental do município compõe a conurbação da Grande Florianópolis; 3) Florianópolis é o maior mercado consumidor da produção do entorno, em especial dos produtos da horticultura, visto que sua população é maior que os outros três municípios juntos.

As tabelas 1, 2 e 3 a seguir mostram a evolução das populações total, urbana e rural na região num período de 40 anos, entre 1970 e 2010, segundo os dados dos censos demográficos do IBGE para os respectivos anos. Biguaçu é o município que ainda concentra a maior proporção de população rural entre os municípios, estando esta em 9,4% em 2010, depois de um declínio sucessivo desde 1970, que era de 59,4%. Em 2010, todos os municípios em questão apresentaram uma proporção de população urbana de mais de 90%, sendo São José o caso mais extremo de 98,8% de população urbana. Essa taxa de urbanização está dentro dos critérios definidos para as pesquisas, que seguem o critério oficial de definição de áreas urbanas, não atendendo às reais diferenciações internas dos municípios.

Tabela 1. População total, por município da região, série histórica.

Município/Ano	População total				
	1970	1980	1991	2000	2010
Biguaçu	15.337	21.441	34.063	48.077	58.206
Florianópolis	138.337	187.880	255.390	342.315	421.240
Palhoça	20.652	38.023	68.430	102.742	137.334
São José	42.535	87.822	139.493	173.559	209.804
Total região	216.861	335.166	497.376	666.693	826.584

Fonte: Censos Demográficos, SIDRA/IBGE. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

Tabela 2. População urbana, por município da região, série histórica.

Município/Ano	População urbana				
	1970	1980	1991	2000	2010
Biguaçu	6.230	16.099	28.207	42.907	52.758
Florianópolis	121.028	161.795	239.996	332.185	405.286
Palhoça	6.380	35.073	65.791	97.914	135.311
São José	29.380	79.170	128.375	171.230	207.312
Total região	163.018	292.137	462.369	644.236	800.667

Fonte: Censos Demográficos, SIDRA/IBGE. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

Tabela 3. População rural, por município da região, série histórica.

Município/Ano	População Rural				
	1970	1980	1991	2000	2010
Biguaçu	9.107	5.342	5.856	5.170	5.448
Florianópolis	17.309	26.085	15.394	10.130	15.954
Palhoça	14.272	2.950	2.639	4.828	2.023
São José	13.155	8.652	11.118	2.329	2.492
Total região	53.843	43.029	35.007	22.457	25.917

Fonte: Censos Demográficos, SIDRA/IBGE. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

É importante salientar que a região é essencialmente urbana em números absolutos de população. Esta realidade muda bastante quando considerados os municípios da próxima faixa em direção a oeste (Santo Amaro da Imperatriz, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara), onde o peso do setor agrícola é maior, apesar da existência de outras funções urbanas intimamente relacionadas à conurbação. Para estes municípios, conforme averiguados em outros trabalhos de campo, o destino da produção agrícola são os municípios da conurbação, sejam em feiras, supermercados e principalmente a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina – CEASA/Unidade São José, sendo estes devidamente localizados, em suas funções específicas, dentro da estrutura urbana regional.

Os dados de evolução da população urbana e rural, analisados na forma de série histórica, permitem compreender parte da dimensão em que se deu o avanço da urbanização na região. Em 1970, a população total dos quatro municípios era de 216.861 habitantes, dado que 24,8% do total eram considerados rurais. No caso de Palhoça, a população rural atingia quase 70% do total. Para os anos seguintes, a evolução da população urbana foi sempre positiva e relativamente regular para todos os municípios, e a população rural sofreu oscilações, mas em geral em declínio quando considerados valores absolutos. Atualmente, para o total populacional da região, a proporção entre urbano e rural está em 96,9% para 3,1%, sendo a população total em 2010 de 826.584 habitantes.

Ao longo deste período de 40 anos entre 1970 e 2010, a população urbana cresceu 391,2%, enquanto a rural reduziu 51,9%. Os números parecem alarmantes, porém apenas afirmam o processo de intensa urbanização, em especial nos anos de 1980, que o Brasil experimentou, sendo os municípios da região também condicionados a esta lógica nacional. Também é necessário considerar que os dados expressam uma evolução de 40 anos, tempo suficiente para a modificação, requalificação e renovação das funcionalidades dos espaços em questão, além dos avanços tecnológicos, políticos e institucionais pertinentes aos momentos históricos ali contidos.

Milton Santos, discorrendo sobre o processo de urbanização no Brasil, atenta para a existência do meio técnico-científico-informacional, como o conceito já diz, baseado no desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da informação. Este meio está ligado, principalmente após a década de 1950, a integração do país através de rodovias, ao avanço da telefonia e do sistema de correios, química, eletrônica, biotecnologia, entre outros. Fala também de uma informatização do território, ao passo que os objetos, que configuram os territórios, passam a utilizar cada vez mais a informação em suas relações. À isso está atrelado o uso de tecnologias de teledetecção (satélites, projeto RADAM) e de radares (meteorologia). Esses processos causam impactos tanto no meio rural como no meio urbano (Santos, 1996).

Para o nosso caso em estudo, Lago (1968 *apud* Marcon, 2000) define o processo de “continentalização de Florianópolis”, também a partir da década de 1950, atentando para

o processo de expansão da capital do estado para a parte continental, com a transformação das terras rurais em terrenos urbanos, expandindo-se além de seus limites administrativos, em direção aos municípios vizinhos, num processo embrionário de conurbação (Marcon, 2000, p. 113).

Nesse sentido, Florianópolis concentrou grande parte das instituições que viriam a desenvolver o setor de prestação de serviços regional e estadual, como secretarias, universidade, escritórios de empresas públicas e privadas, etc, sendo que aos municípios da conurbação a maior parte dos investimentos estava voltado ao desenvolvimento do setor industrial, e principalmente à criação de loteamentos e condomínios residenciais, cuja ocupação esteve e está associada ao deslocamento pendular da população que trabalha na capital. A categoria de cidades dormitório é crucial para compreensão dessa realidade, visto que o crescimento dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu ocorrem, principalmente, pela presença de Florianópolis como capital do estado, constituindo-se como “área de expansão periférica da cidade central”, em especial a partir da década de 1970. As obras de infraestrutura, como a pavimentação da BR-101, foram de grande importância para a integração dos núcleos urbanos da conurbação, facilitando o acesso às “economias externas centradas na capital”, como bancos, comércio e serviços (escolas, hospitais, etc) (Marcon, 2000).

As tabelas 4 e 5 mostram o peso de cada setor da economia local para o ano de 2010, segundo os valores adicionados aos PIBs.

Tabela 4. Valor Adicionado Bruto (VAB) ao PIB dos municípios, por setor da economia, em milhares de reais, 2010.

Município	VAB Total	VAB Agropecuária	VAB Indústria	VAB Serviços
Biguaçu	1.179.911	37.544	249.489	892.877
Florianópolis	8.303.719	29.158	1.143.227	7.131.334
Palhoça	1.775.829	14.813	396.860	1.364.156
São José	4.191.119	6.415	885.102	3.299.601
Total	15.450.578	87.930	2.674.678	12.687.968

Tabela 5. Porcentagem do Valor Adicionado (VAB) bruto ao PIB dos municípios, por setor da economia, 2010.

Município	VAB Agropecuária	VAB Indústria	VAB Serviços
Biguaçu	3,18	21,14	75,67
Florianópolis	0,35	13,77	85,88
Palhoça	0,83	22,35	76,82
São José	0,15	21,12	78,73
Total	0,57	17,31	82,12

Fonte: SIDRA/IBGE, 2010. Org.: PRESTES, M. L., dez. 2012.

O alto valor adicionado pelos serviços⁹ e pela indústria segue a lógica característica de uma região predominantemente urbana, mesmo que a indústria e comércio apoiados na economia agrícola não sejam contabilizados no PIB agropecuário, como indústrias de embalagem e processamento de alimentos, comércio de insumos e produtos agrícolas. Em todos os casos a indústria e os serviços equivalem a mais de 95% dos VABs municipais, sendo Biguaçu o município com maior representação no setor agrícola, de 3,18%. Quando analisados os dados dentro uma série histórica entre 1999 e 2010 (IBGE), os valores para todos os setores aumentaram consideravelmente, visto que neles estão contidos fatores econômicos como inflação, sendo os valores a preços correntes do ano em questão.

Porém, os valores em porcentagem, que representam melhor a participação dos setores dentro do PIB total, apresentam oscilações, mas, em geral, para todos os municípios houve redução para o setor agropecuário. O caso mais extremo é o de Palhoça, que para o ano de 2010 o valor total adicionado pela agropecuária chegou próximo ao patamar do ano de 2001. Para o setor agropecuário, o incremento no valor total adicionado pode estar associado ao aumento de produtividade, ao enquadramento de um maior número de produtores aos novos sistemas de captação de crédito, bem como a aplicação de maior tecnologia nos cultivos.

⁹ Os valores de VAB dos serviços incluem administração, saúde e educação públicas e seguridade social (IBGE, 2010).

Nos mapas elaborados por Pellerin (2008), o avanço da urbanização, representada pela cor vermelha, é claro para os períodos analisados, tanto na ilha, de forma mais dispersa, como no continente, de maneira mais concentrada. É possível analisar a dinâmica do periurbano, como ele se transforma e se reconfigura conforme a urbanização vai se consolidando. Partimos do princípio que o avanço dos limites urbanos se dá por meio da transformação do solo agrícola ou rural em cidade, sendo que ao longo do tempo uma área passa de rural para periurbana e depois para urbana. Esse pensamento linear é meramente explicativo, dado que o grau de modificação do espaço é resultado da atuação de diversas forças sociais, que definem o caráter do uso e ocupação do solo. Esses mapas revelam como se deu o avanço territorial da mancha urbana do município, suportando os dados anteriormente analisados de aumento e variação da população agrícola e rural e do PIB municipal.

No município de Biguaçu nota-se o aumento da densidade, porém com expansão reduzida para o noroeste, onde se encontram as áreas agrícolas. Em São José, o urbano avançou para as áreas planas em direção oeste ao longo da SC-407, além da densificação do centro da cidade e ao longo da BR-101. E Palhoça ocorre uma “explosão” urbana tanto entre 1976 e 1993 como entre 1993 e 2008, em todas as direções. As áreas disponíveis para a urbanização, bem como para os usos agrícolas, estão limitadas pelo relevo montanhoso da região.

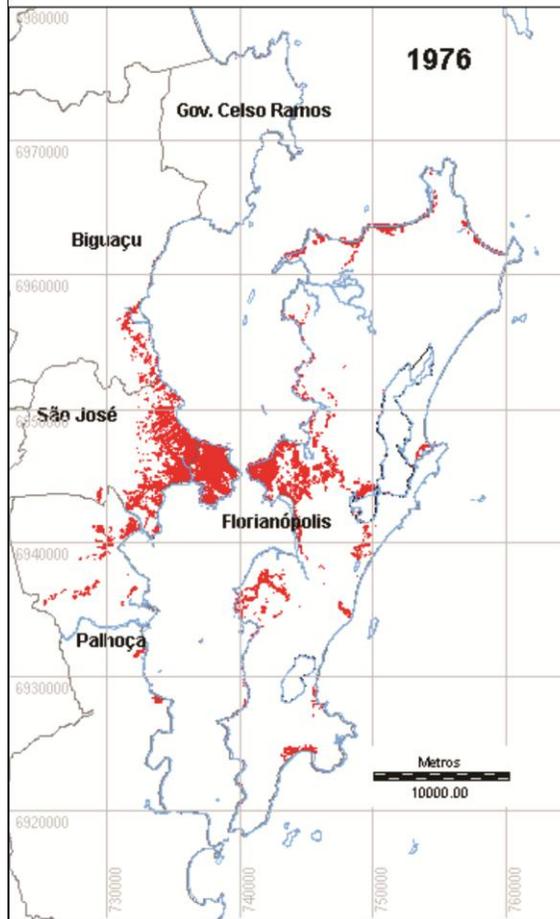
Tabela 6. Densidade demográfica dos municípios, 2010.

Município	Área total (km²)	População total (hab)	Densidade demográfica (hab/km²)
Biguaçu	374,50	58.206	155,42
Palhoça	395,00	137.334	347,68
São José	151,10	209.804	1388,51
Total	920,60	405.344	440,30

Fonte: SIDRA/IBGE, 2010. Org.: PRESTES, M. L., dez. 2012.

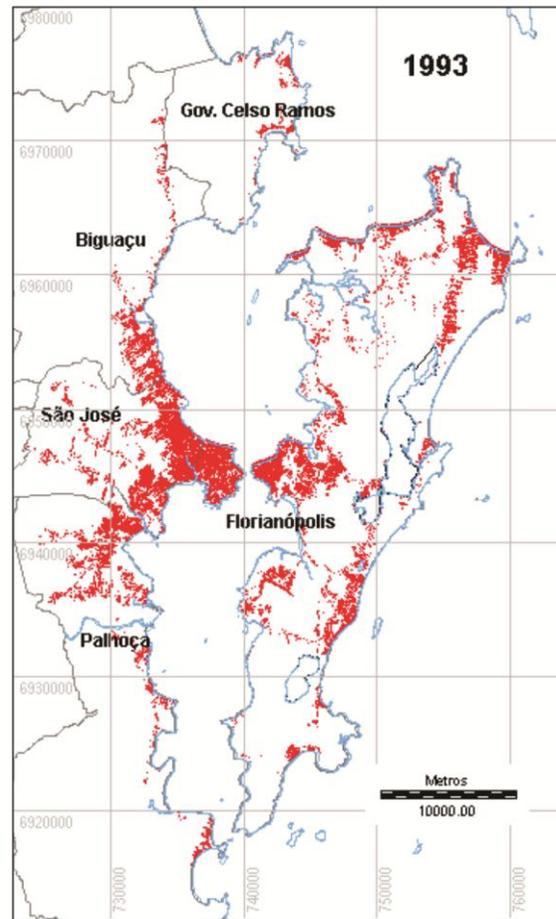
Os mapas a seguir, 2, 3 e 4, mostram o avanço da área urbana da região entre 1976 e 2008:

Mapa 2. Ocupação urbana nos municípios da conurbação, 1976.



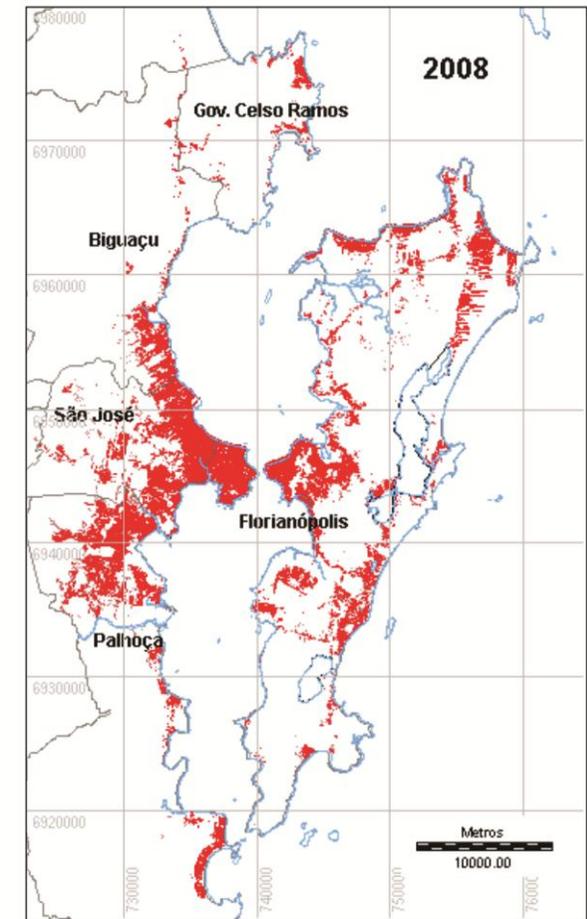
Elaboração: PELLERIN, Joel R. G. M. Tratamento de imagem do satélite LANDSAT 1, Sensor MMS, 235-079 de 03/02/1976. Laboratório de Geoprocessamento - LabGeop/GCN/UFSC, 2008.

Mapa 3. Ocupação urbana nos municípios da conurbação, 1993.



Elaboração: PELLERIN, Joel R. G. M. Tratamento de imagem do satélite LANDSAT 5, Sensor TM, 220-079 de 15/07/1993. Laboratório de Geoprocessamento - LabGeop/GCN/UFSC, 2008.

Mapa 4. Ocupação urbana nos municípios da conurbação, 2008.



Elaboração: PELLERIN, Joel R. G. M. Tratamento de imagem do satélite CBERS2b, Sensor CCD1, 155-131 de 02/02/2008. Laboratório de Geoprocessamento - LabGeop/GCN/UFSC, 2008.

Os dados de densidade demográfica para os municípios mostram São José como o detentor de menor área e maior população. O ideal para o estudos das áreas periurbanas seria possuir dados referentes às populações por bairros, assim como a área dos bairros em questão, para visualizar a distribuição da variação de densidade dentro do território municipal e assim verificar onde estão localizadas as áreas essencialmente urbanas ou rurais e sua dispersão sobre esse território.

Se considerarmos a realidade das áreas periurbanas, ao mesmo tempo em que estas não são áreas totalmente urbanizadas, apresentam focos importantes de intensa ocupação humana, em geral seguindo as estradas e vias de acessos principais e produzindo pequenas centralidades. O dado de área utilizado para o cálculo da densidade, quando compreender os limites do município, enquadra tanto às áreas urbanas como rurais, sem considerar as características dos lugares. Em estudos em escala nacional ou estadual até pode ser aplicável, mas no caso de uma análise microrregional, acaba sendo pouco explicativo, requerendo um aprofundamento das divisões territoriais e seus respectivos dados, espaciais e populacionais.

Peluso Jr., ao analisar aumento populacional e os efeitos no plano urbano de Florianópolis, viu que desde seu princípio como cidade a vida urbana sempre se modificou, mas de forma lenta. A relação com núcleos urbanos do entorno sempre existiu, principalmente por ser ela principal cidade comercial da região e por onde, ao longo de muito tempo, os produtos agrícolas que não eram ali consumidos eram vendidos para outros mercados consumidores do país e saíam da região por meio da atividade portuária.

O plano urbano criado por seus fundadores expandiu-se pela transformação de terras rurais em terrenos urbanos, geralmente obedecendo aos interesses dos proprietários, raramente aos da urbanização, à medida que a orla urbana avançava sobre o campo, impulsionada pelo crescimento da população. Florianópolis estendeu-se para o continente adjacente, e seu plano urbano fundiu-se com os das cidades de São José, Palhoça e Biguaçu, criando a conurbação que atualmente caracteriza a capital catarinense (Peluso Jr., 1991, p. 343).

Um ponto importante apresentado pelo autor consiste na tendência ao avanço urbano da região com base nos interesses dos

proprietários de chácaras e lotes de terras que iam, aos poucos, sendo incorporados ao plano urbano das cidades. Esse fator ainda gera reflexos na atualidade, como será observado mais adiante através das análises realizadas nos trabalhos de campo desta pesquisa. Ele está atrelado ao poder político e econômico de grupos empreendedores que, em alguns casos, atropelam legislações e anseios de comunidades tradicionais para a implantação de megaprojetos de urbanismo voltados para grupos sociais com poder de consumo elevado e externos à realidade local. O interesse de proprietários pesa igualmente quando analisada a realidade do periurbano regional, sendo um dos elementos responsáveis pela geração de conflitos.

Campos situa o *boom* da construção civil na região a partir de meados da década de 1960 até o final da década de 1970, onde foram realizados os primeiros investimentos de grande envergadura. A princípio por empresas de outras partes do estado e do país, foram surgindo empresas locais da construção civil e outras no ramo do mercado imobiliário, que se capitalizaram e ampliaram investimentos ao longo das décadas seguintes. A verticalização do centro de Florianópolis e São José estava entre as principais obras, bem como o avanço do número de loteamentos, tanto nas áreas centrais como nas áreas periféricas. O autor coloca também a importância de sistemas de crédito para aquisição de imóveis por meio do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e do Banco Nacional de Habitação – BNH, além do aumento significativo da classe média, por conta do desenvolvimento da indústria e do serviço público na região (Campos, 2009).

O autor cita diversos loteamentos que datam desta época também, que possuíam de 300 a 800 lotes disponíveis e que, com o desenvolvimento da região, foram se ampliando ou verticalizando. Um exemplo é o Parque Residencial Kobrasol, loteamento que hoje se encontra localizado na área central de São José às margens da BR-101, município que mais se beneficiou com o crescimento de Florianópolis. Nos anos 2000, a região continua recebendo investimentos astronômicos no setor imobiliário, com grande apoio dos governos estadual e municipais, provenientes grandes empreiteiras nacionais e estrangeiras, chamado por ele de “tsunami imobiliário” (Campos, 2009). A quantidade de exemplos citados em seu trabalho não cabe nesta pesquisa, fato que mostra que o avanço da urbanização da região continua a pleno vapor, inclusive considerada por empresários do setor como a “Meca da indústria da construção civil”.

Como salientado por Santos (1996), o crescimento das cidades pressupõe, também, o aumento da migração de populações de outras regiões em busca de oportunidades de emprego e renda. Essa população, na região da Grande Florianópolis, se dirigia aos municípios vizinhos em busca de locais de moradia com valor do solo mais baixo (Peluso, 1991), ocupando as periferias urbanas e demandando outros investimentos na urbanização dessas áreas. Campos (2009) salienta também que, no período de expansão maciça, os planos diretores não tratavam de questões ambientais e o crescimento vertical e horizontal das cidades eram estimulados pelo poder público para que a paisagem regional tomasse forma de um grande centro urbano.

Produção de alimentos na área de estudos

Para compreensão dos aspectos predominantes da produção de alimentos na área de estudos analisaremos, neste momento, dados de produtos, estrutura fundiária, pessoal ocupado, entre outros. As bases de informações são o Censo Agropecuário 2006 e Censo Demográfico 2010 do IBGE, pesquisas do ICEPA/EPAGRI como Boletim Mensal de produtos comercializados no CEASA/São José e Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Para os produtos, atentamos para sua origem, tendo sempre como referência os municípios considerados na área de estudos. Dentro uma análise geral de dados, é possível identificar aspectos como: predominância de pequenas propriedades, agricultura familiar, diversidade de cultivos e principais produtos alimentícios.

Os dados estatísticos servem para ilustrar de forma genérica elementos necessários para compreensão dos temas estudados, sem a intenção de encerrar as análises nos dados em si, visto a impossibilidade de se coletar em campo amostras suficientes para uma análise mais aprofundada, dada as limitações da pesquisa. Consideramos a produção primária de alimentos para os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, frescos e semi-processados, e da pequena agroindústria familiar, ainda que na região existam também indústrias que agregam mais fases ao processamento dos alimentos, como de bebidas, laticínios e panificações.

A pesquisa do Censo Agropecuário de 2006, último realizado no país, portanto com dados mais atualizados, foi o primeiro a separar a os dados em agricultura familiar e não familiar, ou patronal e de base familiar (Mattei, 2010), com base na Lei Federal Nº 11.326 do mesmo ano. A tabela 7¹⁰ mostra os dados de pessoal ocupado na agricultura da região, segundo os municípios, ficando clara a predominância da mão de obra familiar nos estabelecimentos. No estado de Santa Catarina cerca de 87% dos estabelecimentos rurais apresentam domínio da agricultura do tipo familiar, ao passo que 44% do total de área está retido por este grupo, ou seja, a maior parte da superfície utilizada para

¹⁰ Os dados são baseados nos parâmetros do Ministério do Desenvolvimento Agrário segundo a referida lei. Quando considerados os dados segundo os parâmetros da FAO, os valores totais permanecem, porém aumenta a participação da agricultura do tipo familiar.

agricultura está concentrada nos 13% dos proprietários não familiares (Mattei, 2010).

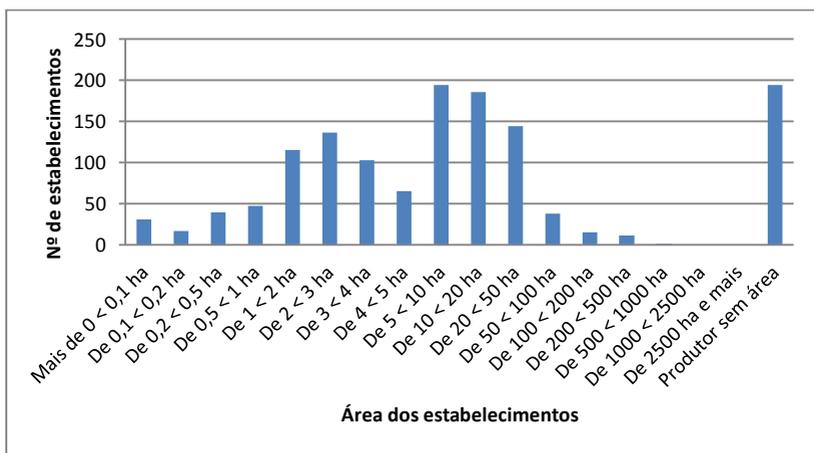
Tabela 7. Pessoal ocupado, agricultura familiar e não familiar, total de indivíduos, 2006.

Pessoal ocupado	Biguaçu	Palhoça	São José
Agricultura familiar	1.367	741	512
Agricultura não familiar	426	179	168
Total	1.793	920	680

Fonte: SIDRA/IBGE, 2006. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

Para os quatro municípios, a estrutura fundiária se expressa no tamanho das propriedades, visto que a maioria, cerca de 83%, apresenta menos de 50 ha, sendo grande parte com menos de 5 ha. O gráfico 1 a seguir mostra a quantidade segundo a área dos estabelecimentos, sendo que os números referem-se ao total da soma dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu.

Gráfico 1. Número de estabelecimentos por área na região, 2006.



Fonte: Censo Agropecuário 2006, SIDRA/IBGE. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

Segundo os parâmetros do IBGE para o Censo de 2006, os *produtores sem área* são aqueles responsáveis pela produção no estabelecimento, porém não são proprietários das terras, sendo empregados. Os dados são considerados como de um estabelecimento independente, porém na categoria referida. Esse dado deve ser considerado devido a sua ocorrência, principalmente no município de Palhoça, que apresenta 189 dos 194 produtores sem área da região. É possível inferir, portanto, que esse tipo de produtor, ou faz parte do tipo de agricultura não-familiar, ou encontra-se inserido dentro de relações como arrendamento da terra ou parceria.

Sobre os produtos da agricultura regional, é possível a verificar a existência de uma grande diversidade de gêneros alimentícios cultivados. Essa diversidade se dá pela ausência de grandes extensões de áreas de monocultura devido às próprias limitações do relevo, do histórico de ocupação, e do avanço urbano condicionado aos aspectos geomorfológicos da região. As declividades das Serras do Leste Catarinense fazem com que os fundos de vale sejam os locais mais propensos para a agricultura, sendo as áreas mais planas dos municípios da conurbação dominadas pelo avanço urbano, com exceção de Biguaçu. Segundo Cavicchioli, os produtos da horticultura, por exemplo, são cultivados na região principalmente desde a década de 1950, impulsionados pela criação da política agrícola de extensão rural em 1956, o parcelamento das propriedades por herança ou venda e a criação do CEASA/São José na década de 1970 (Cavicchioli, 1997). A região naturalmente sempre apresentou potencial agrícola, desde as épocas de colônia, que segundo Peluso Jr., no século XVIII exportava para outros portos nacionais e internacionais farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, açúcar, entre outros produtos, processados ou não (Peluso Jr., 1991).

Atualmente a EPAGRI desenvolve diversos projetos de extensão agrícola junto aos agricultores da região buscando alternativas para a permanência das famílias no meio rural e a produção de alimentos dentro de circuitos curtos e médios, visto que o CEASA Unidade São José é o principal destino da produção agrícola regional. No ramo da horticultura, um dos projetos da empresa é o incentivo ao uso do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças – SPDH, baseado em técnicas de agroecologia que reduzem a dependência dos produtores de insumos químicos e industrializados e da mecanização no preparo dos solos, conforme constatado em trabalhos de campo junto ao LabRural.

Em todas as estatísticas de produção, o município de Biguaçu aparece como o principal produtor agrícola da região, em números de quantidade produzida e diversidade de cultivos. No Censo Agropecuário de 2006, em relação aos produtos de lavoura temporária, foram identificados 14 cultivos de maior relevância, sendo os cinco principais da região¹¹ o arroz em casca, mandioca, cana forrageira, cana-de-açúcar e tomate rasteiro (industrial), além de outras forrageiras para corte, batata-inglesa e milho em grãos, entre outras. Os cultivos são denominados forrageiros quando destinados ao trato de animais.

Tabela 8. Quantidade produzida em lavouras temporárias, 2006.

Produto	Biguaçu	Palhoça	São José
Arroz em casca (Ton)	6706	1315	0
Mandioca (Ton)	2440	31	127
Cana forrageira (Ton)	82	17	1786
Cana-de-açúcar (Ton)	980	276	0
Tomate rasteiro (industrial) (Ton)	0	1710	0

Fonte: SIDRA/IBGE, 2006. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

Para os produtos da horticultura, de 24 cultivos identificados, os cinco principais foram batata-doce, espinafre, berinjela, chuchu e tomate (estaqueado), todos com as maiores quantidades produzidas em Biguaçu, exceto o tomate rasteiro, cuja produção se concentrava em Palhoça. Ainda segundo o censo, o município de São José produz apenas pequenas quantidades de alface, brócolis e cebolinha, porém apresenta a produção mais expressiva de cana forrageira, importante para manutenção da produção de gado.

Com os dados gerados pela Pesquisa de Produção Agrícola Municipal, também do IBGE, foi possível criar uma série histórica entre 1990 e 2011, o que nos revela alguns aspectos interessantes sobre a evolução da produção agrícola no entorno da área de conurbação da região. Ao longo dos 21 anos analisados, os principais cultivos¹², também de lavoura temporária, foram de cana-de-açúcar, mandioca,

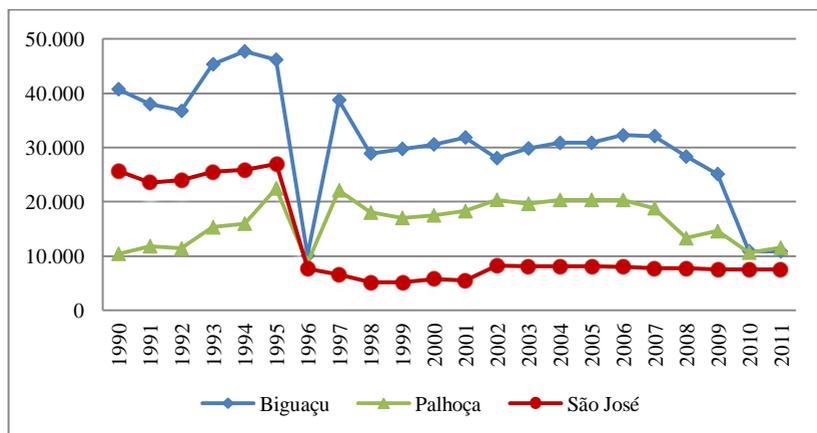
¹¹ Soma da produção dos três municípios para cada produto, ordenados por quantidade total.

¹² Soma da produção anual de todos os produtos, em toneladas.

tomate, arroz em casca e milho em grãos, de um total de 11 produtos considerados. Para os produtos de lavoura permanente¹³, os cinco principais foram laranja, banana, maracujá, tangeria e figo.

O gráfico 2 mostra a evolução do total produzido em lavouras temporárias em cada município segundo o ano de referência. Apresenta dois aspectos importantes a serem considerados em relação à produção agrícola na área de estudos. Primeiro, a grande quebra de produção apresentada em maior ou menor grau por todos os municípios no ano de 1996 se deve a enchente de dezembro de 1995 que atingiu a região. A agricultura é um ramo produtivo que se encontra diretamente relacionado com as condições climáticas e ambientais do local onde está inserida, sendo que um evento climático de grande magnitude pode comprometer a safra do ano em questão, bem como dos anos seguintes dependendo do produto. No caso de lavouras permanentes pode ocasionar a substituição dos produtos cultivados, reconfigurando o cenário produtivo local.

Gráfico 2. Quantidade produzida de produtos alimentares em lavouras temporárias (toneladas), por ano e município.



Fonte: Pesquisa de Produção Agrícola Municipal, SIDRA/IBGE. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

¹³ Para os produtos de lavoura permanente, os dados da série histórica da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal sofreram alterações na metodologia de coleta em 2001, passando de mil frutos para toneladas, o que causa um desencontro dos dados, não permitindo uma análise confiável para os anos de 1990 a 2011.

O segundo aspecto diz respeito ao avanço da conurbação como um todo e dos municípios e suas áreas urbanas. Como já discutido, o avanço urbano nas áreas periféricas ocorre principalmente com loteamentos ou ocupações de terrenos anteriormente utilizados para agricultura, causando transformações espaciais, de uso do solo, requalificando suas funções locais. São processos que envolvem diretamente as áreas periurbanas e de produção de alimentos. Considerando os dados dos Censos Demográficos do IBGE para os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, a população urbana dos três juntos aumentou de 222.373 habitantes em 1991 para 395.381 habitantes em 2010, o que representa uma variação positiva de 77,8% em 20 anos.

Já o município de São José apresentou produção de alimentos expressiva na região até 1996, mantendo-se baixa nos anos seguintes e com um leve aumento depois de 2002, ainda muito abaixo do que havia antes. Neste caso específico, é importante salientar dois fatores cruciais, sendo eles: o crescimento urbano do município está atrelado ao crescimento de Florianópolis, sendo local de residência de muitos habitantes que se deslocam para trabalhar na ilha; a emancipação do distrito de São Pedro de Alcântara em 1997 reduziu a área do município, principalmente aquela com disponibilidade agrícola, reduzindo naturalmente a capacidade de produção. Sendo assim, a análise dos dados de população mostra um aumento de 61,5% da população urbana do município de São José entre 1991 e 2010 e uma redução de 77,6% da população rural. Somente a emancipação do distrito de São Pedro de Alcântara não explica a redução da população rural, visto que em 2010 o município possuía uma população de 4.704 habitantes, muito pequena em relação ao total anterior. São José é o núcleo de avanço urbano da conurbação, e seu crescimento encontra-se dentro de inúmeros processos que caracterizaram a urbanização brasileira dos últimos 30 anos.

O município de São José assume uma localização estratégica dentro dos circuitos de produtos agrícolas da região por sediar a unidade do CEASA local. Quando analisados os dados de quantidade comercializada, através do Boletim Mensal elaborado pelo CEPA/SC, é possível averiguar a participação dos municípios de Palhoça e Biguaçu na maioria dos 12 produtos que são acompanhados. Para Biguaçu é grande a participação da produção de maracujá e batata-doce, chegando a 40% e 25%, respectivamente, em determinados épocas do ano. Para

Palhoça, é expressiva a comercialização da produção de tomate e chuchu, porém, embora as quantidades sejam grandes, representam pouca participação em relação ao total comercializado. Mas é necessário considerar que o tomate consiste num dos produtos de maior produção e circulação, dada a enorme demanda (CEPA/CEASA, 2012).

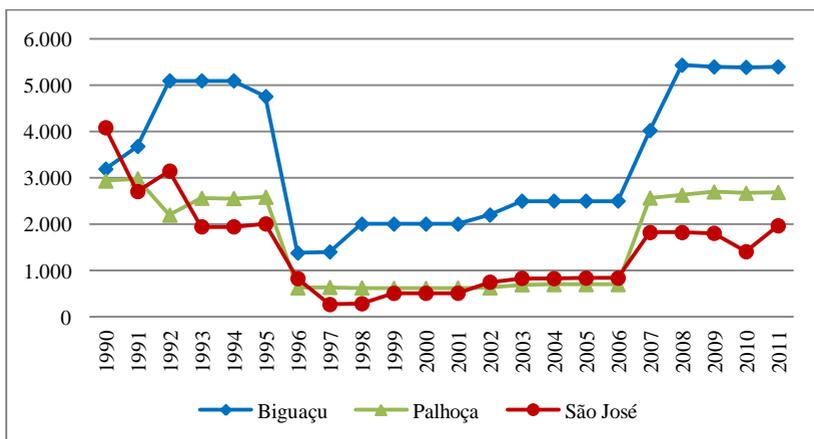
Para os produtos comercializados *in natura*, e mesmo para outros produtos agrícolas, é necessário considerar que as áreas periurbanas imediatas à aglomeração urbana não darão conta de abastecer toda a cidade, salvo, talvez, raríssimas exceções. Por isso, quando considerada a demanda urbana de alimentos e os circuitos de proximidade, esse vai se estender para outros municípios próximos da área de conurbação, e dependendo do produto e da época do ano, para outras regiões do estado também. No caso dos produtos comercializados no CEASA São José, nota-se a participação intensa dos municípios da seguinte faixa após a conurbação, como Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas e Antônio Carlos, como já observado na pesquisa junto ao LabRural (PRESTES, 2012). Esses municípios são também considerados parte do periurbano regional, constituindo eixos de avanço urbano em consolidação ou futuros, mas em alguns casos não encontram-se em contato direto com a área urbana conurbada.

Os produtos de origem animal, também inventariados pelo IBGE na Pesquisa Pecuária Municipal, mostram expressiva produção de leite, ovos de galinha e mel de abelha. O gráfico 3 mostra a evolução da produção leiteira de 1990 até 2011. Novamente em 1996 ocorre uma enorme baixa em todos os municípios, provavelmente por danos às pastagens e/ou aos animais devido a enchente do ano anterior, apresentando uma retomada considerável apenas depois de 2006. O município de Biguaçu, maior produtor agrícola da região, apresentou uma produção expressiva entre 1992 e 1995, retomando os níveis anteriores em 2007.

A retomada da atividade leiteira a partir de 2007 pode ser reflexo da aprovação da Lei Nº 11.326 de Julho de 2006 que estabelece os parâmetros de definição da agricultura familiar no país, o que facilitou o acesso ao crédito para pequenos produtores por meio do fortalecimento de programas como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No caso de Biguaçu, a produção de leite cresceu de cerca de 2,5 milhões de litros em 2006 para

cerca de 5,5 milhões de litros em 2008, mantendo-se estável até 2011, ao passo que a produção de lavouras temporárias caiu expressivamente entre 2007 e 2011. É possível inferir que houve uma substituição dos produtos devido aos interesses dos produtores por conta da demanda, do acesso ao crédito, segurança do mercado, rendimentos, entre outros.

Gráfico 3. Quantidade de leite produzida por ano e município (mil litros).



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, SIDRA/IBGE. Org.: PRESTES, M. L., nov. 2012.

Outro setor de destaque na produção de alimentos na região, dado o potencial de produção pelas condições geográficas (ilha, baías e grande extensão de costa) é o da maricultura, caracterizado principalmente pelos cultivos de mexilhões, ostras e vieiras. Segundo o Instituto CEPA, em 2009, o município de Palhoça foi responsável por mais de 55% da produção estadual (cerca de 10 mil toneladas para os anos de 2007 a 2009)', sendo que Florianópolis e São José também encontram-se entre os principais produtores. O excesso de chuvas em 2008 afetou a produção de sementes, causando a necessidade de importação, do Chile, para o consumo interno, além outros problemas como licenciamento ambiental (EPAGRI/CEPA, 2010).

Para a produção de ostras, os quatro municípios encontram-se entre os principais produtores do estado, sendo o município de

Florianópolis responsável por mais de 76% do total. Os quatro municípios apresentam proximidade com as baías Norte e Sul (entre a ilha e o continente), sendo elas responsáveis por abarcar 91% da produção estadual. Sobre as vieiras, são três os municípios produtores no estado, tendo Florianópolis como principal com cerca de 57% da produção (EPAGRI/CEPA, 2010). A pesca também é expressiva na região, inclusive como atividade tradicional, gerando renda e circuitos intensos de extração e comercialização, articulados principalmente por moradores mais antigos e seus descendentes, anteriores ao grande “boom” populacional dos últimos 40 anos. A atividade é desenvolvida de forma artesanal e industrial, sendo a tainha um dos produtos mais importantes, econômico e culturalmente, tendo inclusive festas tradicionais dedicadas a ele.

Ávila atribui o crescimento da agricultura urbana e periurbana à sua adaptabilidade e mobilidade comparada a “agricultura rural”, dado que a medida que as cidades crescem, suas fronteiras com o rural “están fusionadas y son confusas, por lo que crean tanto oportunidades como riesgos” (Ávila, 2004, p. 112). O autor associa as práticas deste tipo de agricultura à produção hortícola, de gado e ovos, sendo estas as atividades mais expressivas que geram rendas consideráveis ao setor. No caso da horticultura, são diversas as vantagens devido à sua localização próxima aos centros urbanos, caracterizados pela capacidade de produção rentável em pequenas parcelas de terra, do escoamento da produção e renda diária para os produtores, bem como a redução de perdas pós-colheita, dada a proximidade do mercado consumidor e a perecibilidade dos produtos (Ávila, 2004). Essas características gerais da produção periurbana podem ser assimiladas na região da Grande Florianópolis como explicitado pelos dados apresentados até então.

O uso desregulado ou excessivo de insumos químicos na produção periurbana de alimentos pode causar graves problemas de saúde pública, visto o risco de contaminação de corpos de água potável, além de outros riscos associados à contaminação de solos e produção de gado (Ávila, 2008). Considerando-se que, em geral, a água potável que abastece as cidades é oriunda de rios e mananciais localizados próximos a estes centros, muitas vezes em áreas consideradas periurbanas, a falta de controle ou regulamentação dessas produções pode colocar em risco muitas pessoas que dependem desta água para consumo, dado que uma lavoura irregular pode afetar um grande número de habitantes citadinos. No caso de nossa região de estudos, grande parte da água que abastece o

centro urbano de Florianópolis é captada no Rio Cubatão, que passa pelos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça. O primeiro é importante produtor de milho da região, cultura muitas vezes baseada na aplicação de agrotóxicos. Esse aspecto das áreas periurbanas merece atenção de estudos mais aprofundados, que não cabem nesta investigação, mas que dizem respeito diretamente à qualidade de vida de populações urbanas e rurais próximas.

A produção de alimentos com base em princípios de agroecologia de equilíbrio ecológico e ambiental devem ser estimulados nas áreas periurbanas por duas razões fundamentais: 1) redução dos riscos de contaminação do solo e corpos de água potável, superficiais e subterrâneos, fator que reduz diretamente o risco de enfermidades em humanos e animais em geral; considerando que a produção agrícola nesses locais é quase totalmente voltada ao consumo alimentar humano (inclusive os animais, fonte de leite e carne, por exemplo), a produção orgânica se torna a alternativa mais viável, que agrega valor e reduz impactos ambientais e sociais (segurança alimentar, redução de gastos em saúde pública); 2) produção de alimentos saudáveis, com o mínimo possível de insumos químicos, que influencia diretamente a qualidade das dietas das populações consumidoras. É possível analisar que os dois fatores estão relacionados, sendo que a qualidade ambiental e a qualidade alimentar são resultados de um mesmo processo. A transformação dos sistemas produtivos em nome de um consumo consciente passa por outras esferas sociais como educação, por exemplo, porém são totalmente plausíveis e executáveis, dependendo em primeira instância da vontade do poder público e da sociedade civil organizada para a superação de desses problemas socioambientais.

Os espaços periurbanos entre legislações e a ocupações

Santos sustenta que o crescimento urbano no Brasil, naquilo que tange à organização interna das cidades, está atrelado a fatores como carência de infraestruturas, extroversão e periferização da população, especulação fundiária e imobiliária, entre outros, sendo que cada uma dessas características contribui na dinâmica das outras resultando no avanço delas conforme avança a cidade. O tamanho das cidades está atrelado às dimensões da especulação sobre o território urbanizável, dado que as camadas mais abastadas da sociedade, os ricos e uma crescente classe média, possuem um poder de escolha sobre os seus locais de residência e consumo, ao passo que grande parte da população que se encontra à margem do mercado imobiliário e do acesso à terra urbana depende de outros recursos para reprodução de suas condições de moradia. As atividades mais dinâmicas se concentram nas áreas mais privilegiadas, atreladas a um determinado poder de consumo, fazendo com que grande parte dos recursos, inclusive os públicos, “se dirigem à *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*” (Santos, 1996, p. 96, grifos do autor).

Otani, discorrendo sobre o periurbano no Brasil e recorrendo a vários autores, atenta para alguns elementos importantes referentes à essas áreas. Um deles é a prevalência de ideia dicotômica entre campo e cidade nas propostas de planejamento, ao passo que o periurbano se mantém sem “instrumentais de gestão da parte das organizações públicas”. Outro elemento observado é que essas áreas acabam se tornando estoques de terras urbanizáveis dentro uma estrutura de negócios, cabendo aos incorporadores urbanos e suas relações políticas a tarefa de definição de usos e funções. Nesse contexto, “a agricultura tende a se tornar cada vez mais residual, ainda que mantenha uma presença social e cultural representativa” (Otani, 2010, p. 14).

Não basta a lei definir os elementos que compõem ou devem compor o zoneamento municipal, mas deve também dar conta de reconhecer elementos socioculturais e econômicos que, juntos, possam ser pensados com base nas necessidades e anseios das populações, bem como assegurar a manutenção de atividades fundamentais e o uso racional do solo. A produção de alimentos deve estar não apenas dentro de uma categorização genérica de atividades agrícolas e agropecuárias,

mas sim especificada e pensada para atender ao máximo a demanda municipal, gerar renda e preservação no meio rural, e caminhar no sentido de um planejamento desses usos. Como já mencionado a respeito da definição oficial brasileira do espaço rural, ou melhor, a não definição a partir da ausência de urbanidade, as leis municipais seguem diretamente esta lógica.

O zoneamento de uso e ocupação do solo no município de São José que determinou o avanço urbano recente foi definido pela Lei Ordinária Nº 1605 de 17/05/1985, destinados aos vinte anos seguintes, na qual são definidas três zonas gerais, sendo elas: urbana, de expansão urbana e rural. O Art. 14 da referida lei define que “Zona Rural é toda área situada no território municipal, não incluída nas zonas Urbana e de Expansão Urbana, e que normalmente é destinada às atividades agropecuárias, de silvicultura, extrativas ou agro-industriais” (São José, 1985). A lei também considera a presença de usos rurais nas zonas de expansão urbana, sendo estas submetidas às normas urbanísticas do município. Fica aberta a possibilidade de inserção do município em programas que visam a “fixação das populações rurais, o zoneamento e uso do solo agrícola, bem como a produtividade e rentabilidade das atividades rurais” (idem), porém sem estabelecer qualquer diretriz ou apresentar preocupação do município com a importância da inclusão nesses programas.

A lei também estabelece, na Seção VIII, que as áreas onde as condições locais apresentem “elevado potencial agrícola, pastoril e extrativo” e “os hortos florestais, as floriculturas e as áreas de hortifrutigranjeiros” com área superior a meio hectare serão consideradas Áreas de Exploração Rural (idem). No que diz respeito às áreas periurbanas, a legislação aborda os usos industriais e urbanos que, mesmo não estando referenciados como periurbanos, fazem parte de sua regulamentação. No mapa com o zoneamento de 1985, presente na Leitura da Cidade para o novo plano diretor (GT-Cadastro, 2004) mostra apenas duas pequenas áreas próximas aos limites urbanos que eram destinadas à exploração rural, além de diversas outras que na época foram demarcadas como Industrial Exclusiva, mas que ainda hoje apresentam características claramente rurais, como partes de Alto Forquilha, ficando explicitados as intenções de intensificação da urbanização. Na atual proposta de zoneamento, essa área é classificada dentro da Macrozona Rural como “fora do perímetro urbano, não

destinadas a parcelamentos para fins urbanos”, com objetivos de “promover o desenvolvimento agrícola e o suprimento alimentar” (GT-Cadastro, Mapa de Zoneamento, Anexo 2).

Para o município de Palhoça, a Lei Nº 16 de 07/04/1993 define basicamente três zonas, sendo elas Urbana, Rural e de Proteção Ambiental. Grande parte da área do município encontra-se dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o que faz com que as áreas disponíveis para o avanço urbano sejam restritas, aumentando a pressão sobre as mesmas. As sucessivas modificações na lei de zoneamento transformaram áreas anteriormente agrícolas, de Exploração Rural (AER), conforme a redação da lei, em Áreas Mistas Rurais (AMR) ou em Áreas Residenciais Predominantes (ARP), sendo esses espaços diretamente afetados pelo avanço urbano. O exemplo mais emblemático é o loteamento da Pedra Branca, uma grande área que hoje abriga um bairro com universidade e arruamentos com base num “urbanismo diferenciado”, em geral de elevado padrão socioeconômico e que se encontra nos limites urbanos do município.

Em visita a prefeitura de Palhoça tivemos acesso a algumas leis de alteração de zoneamento datadas de 2005 a 2008¹⁴. Foram selecionadas aquelas que faziam menção à modificação de AER e AMR, num total de 10 analisadas, que em geral passam a ser áreas de serviços ou residenciais. O Art. 23 da lei Nº 16/93 coloca como áreas mistas “aquelas que concentram além de residências, atividades complementares às funções urbanas e que fortalecem a agregação da comunidade e produção (Palhoça, 1993). Como não é explicitado em nenhum artigo da lei o que são as Áreas Mistas Rurais, inferimos que esse tipo de zoneamento permite tanto funções urbanas como de produção agrícola, o que é comum encontrar em áreas mais afastadas do centro com algum tipo de densificação do uso do solo.

Essas alterações, quando destinadas à glebas, ou seja, terrenos não urbanizados, definem a possibilidade de transformação da terra agrícola ou rural em urbana. Nas leis analisadas (Nº 2248, 2443 e 2577, por exemplo) é comum encontrar as modificações de zoneamento para áreas que são, claramente, antigas propriedades rurais de 2, 3 até mais

¹⁴ Leis números: 2168 de 07/10/05, 2248 de 27/12/05, 2297 de 05/04/06, 2416 de 17/08/06, 2443 de 06/10/06, 2577 de 23/05/07, 2683 de 24/09/07, 2711 de 15/10/07, 2745 de 18/12/07 e 2782 de 05/03/08.

de 10 hectares, e que passarão a cumprir funções urbanas, sendo que o solo urbanizado não voltará a ser rural. Foi possível analisar os efeitos disso em bairros como a Guarda do Cubatão, onde as plantações são cortadas por faixas de loteamentos geralmente conectados apenas com as vias principais. Esse tipo de urbanização, denominado “espinha de peixe”, como apresentado na figura 1, resultado do parcelamento de lotes de com pouca largura e grande comprimento, gera problemas de tráfego e segregação de bairros, como apontado pela Leitura da Cidade de São José, no Projeto de Revisão do Plano Diretor (GT-Cadastro, 2004). Também pode gerar problemas de saúde pública pela presença de culturas que utilizam agrotóxicos próximo a áreas de concentração de população, além de contaminações do solo por dejetos humanos, entre outros, como já apontado por Ávila (2008).

Segundo o portal eletrônico da prefeitura¹⁵ de Palhoça, a arrecadação com IPTU saltou de R\$ 5 milhões para quase R\$ 28 milhões em sete anos, dado que indica o avanço urbano contundente. Segundo o IBGE, a população rural do município caiu entre 2000 e 2010 de 4.828 para 2.023 habitantes, menos da metade, resultado de sucessivas modificações no zoneamento e do próprio processo de urbanização que a cidade vem experimentando. No mesmo período, para os municípios de São José, Biguaçu e Florianópolis a população rural sofreu pequenos aumentos, mas nada que indique uma forte retomada da atividade agrícola, exceto em Biguaçu que ela permanece expressiva.

Um elemento que pode ser verificado nas legislações, além da não caracterização necessária do espaço rural, é o poder verificado à câmara de vereadores na modificação da mesma. Os interesses fiscais do município acabam se sobressaindo, visto que o município é responsável, dentro dos parâmetros das leis federais, por definir o que é urbano ou rural. Os valores de IPTU e ITR são muito diferentes, além de o primeiro dizer respeito ao urbano, ou seja, o valor é mais elevado e existem muito mais contribuintes por área do que no meio rural, mesmo no caso de pequenas propriedades. Se não há uma lei maior que defina o que é rural e como este deve ser zoneado dentro dos municípios, estes atentaram para a maximização da receita com base no IPTU, definindo como urbanas áreas com outras potenciais funções, principalmente produção de alimentos ou áreas de lazer e recreação, que não geram

¹⁵ <http://www.palhoça.sc.gov.br/noticias.php?id=974>, 10/01/2012, acesso em 27/12/12.

grandes receitas aos cofres públicos, mas que garantem a qualidade de vida nas áreas urbanas e periurbanas.

Figura 1. Loteamentos tipo “espinha de peixe” em São José.



Fonte: AR Engenharia, 1999. In: GT-Cadastro, 2004, p. 250.

No município de Biguaçu a Lei Nº 1032 de 1995 deixa claro em seu enunciado que dispõe sobre o uso do solo em seu perímetro urbano, e apenas define como área rural aquelas que não estão inseridas no perímetro urbano. Já a Lei Complementar Nº 12 de 2009, referente ao atual plano diretor do município, prevê, no Art. 12, o fortalecimento da agricultura familiar e das atividades agropecuárias, além de considerar a área rural em diversos pontos como incentivos à educação e esportes e investimentos em infraestruturas. Já a Lei Nº 2955 de 2010 prevê a implantação de programas de empreendedorismo e infraestrutura rural para o município, única nesse sentido identificada entre os municípios analisados. A lei apresenta como objetivos o planejamento de ações juntos às esferas estadual e federal para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades agrícolas com base nos potenciais locais, bem como a implantação e gestão de serviços públicos e de infraestrutura necessárias para a manutenção e reprodução de atividades agrícolas, o desenvolvimento científico e tecnológico para o setor e

racionalização e proteção do meio ambiente nas áreas rurais, além de outros.

Uma lei nesse sentido, mesmo que ainda muito recente, é sem dúvida um avanço na tentativa de proteção e estímulo às atividades agropecuárias em áreas periurbanas, principalmente considerando o contexto em que o município está inserido dentro da região metropolitana. Mesmo sendo observadas algumas obras no periurbano mais próximo das áreas urbanas no município, como por exemplo o CICOBÍ, loteamento industrial próximo à SC-408, nota-se diferenças em relação à Palhoça, por exemplo, onde o avanço urbano já predomina em todos os espaços próximos à conurbação, bem como nas legislações vigentes. Assegurar, em lei, que os agricultores tenham condições de se desenvolver e se manter nas terras são parte da solução para garantir a reprodução desses espaços como produtores de alimentos. Depois entram outros aspectos em pauta como quais produtos serão estimulados, como entrarão no mercado, garantia de qualidade, entre outros.

Um projeto vem sendo discutido ultimamente e que afetará as áreas periurbanas dos três municípios é o chamado Contorno de Florianópolis, uma rodovia duplicada que possivelmente sairá da BR 101 em Biguaçu, na altura da SC 408, entrando em Alto Biguaçu no sentido de São José e voltará a se ligar com a BR 101 em Palhoça. Essa rodovia redefinirá todo o uso e ocupação do solo nos limites metropolitanos, podendo servir como contenção do avanço urbano em direção oeste, ou como facilitadora de mais urbanização desordenada. Isso vai depender das permissões de uso das áreas entre a BR 101 e essa nova rodovia, bem como das perspectivas e prioridades para esses usos. O certo é que ela promoverá a intensificação da urbanização na região, visto que está prevista nos atuais planos diretores dos municípios, ao menos para São José e Biguaçu, que tivemos acesso aos mapas de zoneamento. Em São José, a rodovia passa por Alto Forquilhas e contorna as áreas de expansão urbana imediata, ao passo que em Biguaçu o entroncamento entre a SC 408 e a nova via está definido como um círculo de interesse residencial, atingindo áreas atualmente agrícolas.

A aplicação maciça de capitais para a reprodução de grandes empresas monopolistas que ditam certos padrões de consumo, de produtos e de espaços, junto com os problemas apresentados acima

inerentes ao crescimento urbano de muitos países em desenvolvimento, geram o que Santos chamou de cidades corporativas. Os grandes grupos empresariais, nacionais e/ou estrangeiros, acabam ganhando enorme poder político devido às suas possibilidades de investimentos. Desse modo o próprio poder público “torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias” (Santos, 1996, p. 111). Muitas vezes, as alterações de zoneamento e parcelamentos do solo segue os interesses de grandes investidores, em especial da construção civil, fator que define a forma como evolui o uso e ocupações das áreas periurbanas.

A análise da cidade corporativa nos permite compreender como o problema do avanço urbano sobre certo território está atrelado aos demais problemas da urbanização, principalmente de ordem social. Os espaços periurbanos, se tratados com a devida atenção pelo poder público no sentido de regulamentação do ordenamento e zoneamento territorial desses espaços, podem servir de área de amortecimento ambiental e social. Os grandes vazios nessas áreas, como já verificado em países da Europa que avançaram nas questões de planejamento, são utilizados para a construção de parques e habitações de interesse social, dentro de um esquema diferente de gestão que em alguns casos servem de contenção a especulação e reduz as disparidades entre centro e periferia.

Na região, entre outros grandes investimentos que acabam ditando regras e determinando o avanço das cidades estão os Shopping Centers de grandes proporções e com edificações exclusivas. Até 2005 haviam dois na região, o Beira-Mar na ilha e o Itaguaçu no continente. Hoje são sete no total, entre eles o Via Catarina em Palhoça e o Continente Park em São José. Ambos localizados próximos ao periurbano definido nesta pesquisa, que determinarão transformações profundas no uso e ocupação do solo nos locais próximos, visto que esta proximidade é um atrativo inclusive utilizado pelas incorporadoras no *marketing* de novos loteamentos ou edifícios.

Capítulo 3

O que ocorre neste espaço que é urbano e rural? Expressão local dos aspectos analisados

Os trabalhos de campo foram baseados na análise da paisagem e sua dinâmica de reprodução nos municípios do estudo. Algumas características gerais observadas foram a existência de conjuntos de objetos espaciais comuns das áreas periurbanas com suas expressões locais. São elas:

- Áreas urbanas consolidadas, com a presença de áreas residenciais, de indústria e de comércio, com mais ou menos infraestrutura urbana (arruamentos, iluminação pública, etc.), entremeadas de grandes terrenos vazios ou subutilizados;
- Áreas em processo de transformação, construção de loteamentos residenciais e industriais, alguns em fases iniciais de construção, outros já construídos (com arruamentos, iluminação, saneamento, etc.), mas não utilizados;
- Áreas com produção agrícola em funcionamento, plantações de gêneros diversificados e pecuária, no entorno de pequenas comunidades agrícolas (residências, pequenos comércios, escola e posto de saúde), com mais ou menos infraestrutura de acesso (algumas estradas principais com asfaltamento e outras com estradas de terra);
- Áreas de proteção ambiental, protegidas por lei, em especial topos de morros e locais com grandes declividades.

No município de Biguaçu foi encontrada a maior área de produção de alimentos, em especial no Bairro Fazenda, cujo nome já sugere sua funcionalidade. Neste local, uma grande planície rodeada pelos morros das Serras do Leste Catarinense, é possível identificar uma expressiva produção de arroz, além de outras como hortaliças em cultivo protegido ou não, milho e gado. A produção de milho¹⁶ atende também o mercado turístico da Grande Florianópolis, onde se consome a produto

¹⁶ O milho, quando dirigido ao mercado na forma de espigas, é considerado como hortaliça.

em espigas, ou é utilizado para o trato de animais. Sobre a produção de animais, foi possível encontrar criação de aves, porcos e gado, muitas vezes no regime de integração com indústrias de alimentos da região como a Frigoríficos Macedo, parte da empresa norte-americana Tyson Foods, e Frangos Morgana, empresa natural de Palhoça, grandes frigoríficos de aves que mantém unidades de processamento na região.

O predomínio de áreas urbanizadas e novos loteamentos, inclusive em áreas rurais, mostram o peso dos empreendedores imobiliários e a presença desses agentes nas decisões políticas naquilo que se refere a modificações das leis de zoneamento, como observado em Palhoça, conforme já analisado por diversos estudos na região e na legislação pertinente. Essa realidade é comum em alguns locais no entorno da Grande Florianópolis, por exemplo, Três Riachos e Santa Catarina, no município de Biguaçu, onde ocorrem pequenos aglomerados de residências uni familiares ao longo das vias de acesso, dispersos ou em loteamentos (Rua Treze de Maio e SC-408), sendo o entorno totalmente agrícola, com produção hortícola, arrozais, entre outras. Essas áreas, bem como suas populações, que compõem centralidades de bairros agrícolas são consideradas urbanas, independente de sua funcionalidade. Só é considerado morador rural aquele que reside em área rural não definida como urbana pela câmara municipal, apesar de sua cultura e seu modo de vida estar associado a esta realidade, em muitos casos.

Outro ponto interessante de se analisar no critério de classificação estatística do IBGE (2011), apresentado anteriormente, diz respeito àquelas áreas em situação urbana, “urbanizadas ou não”. Se a população está inserida na área urbana definida por lei, mesmo sem o direito à cidade garantido, ela é contabilizada como urbana. No periurbano da região estudada é comum encontrar bairros sem calçamento nas ruas ou acesso para pedestres, saneamento básico e mobilidade. Essas áreas compõem loteamentos legalizados ou de invasão, que são obviamente urbanos, mas também não são atendidos pelas obras de infraestrutura. Portanto, é possível visualizar no periurbano estudado, tanto os habitantes de baixa renda habitando residências de autoconstrução, como os de maiores ingressos com mansões; tanto o produtor rural pobre com poucos rendimentos como o produtor capitalizado e integrado de diversas formas ao mercado. Isso é reflexo, como abordado por Ávila, da realidade periurbana de países em desenvolvimento.

A extração e realização da renda fundiária é tratada por Bezerra que utiliza a expressão “pousio imobiliário” (2002, p.102) para designar áreas em processo de valorização e não utilizadas ainda para loteamento urbano. Ao explicar a relação entre capital e propriedade fundiária, o autor observa que, embora a terra não seja resultado de trabalho humano para ser considerada como mercadoria, ela assume esse caráter dado seu potencial para extração de renda. Seu valor é investido pelo proprietário a partir da extração de renda de outras fontes e atividades formadoras de lucro. O valor da terra urbana está associado à fatores como sua localização que determinarão os potenciais usos dessas parcelas de solo (Bezerra, 2002). Isso faz parte do processo especulativo, já abordado anteriormente através de outros autores, e que se mostra muito presente em áreas periurbanas.

Alves, em estudo sobre os usos agrários na Ilha de Santa Catarina coloca como predominante nas áreas analisadas a criação bovina e equina, salientando que é pouco o investimento e a necessidade de estruturas para a manutenção dessas atividades, e também relacionando com a ideia de pousio imobiliário. Assim, os proprietários tem a possibilidade de extrair renda da terra com a atividade, ao passo a terra valoriza com o tempo (Alves, 2012). Essas áreas com produção bovina e equina também foram identificadas no entorno de São José e Palhoça principalmente, inclusive em grandes terrenos dentro das áreas urbanas, mostrando outro reflexo da reserva de valor em locais de possível expansão urbana, sendo parte da interpretação dos processos que fazem configuram as paisagens analisadas.

Escalona (2005) apresenta, com base em diversos autores, uma classificação referente à funcionalidade das paisagens, de um modo geral dividida em: paisagens naturais, paisagens rurais e paisagens urbanas. Nas paisagens naturais, como o próprio termo diz, ocorre a predominância da natureza, seus elementos bióticos e abióticos (clima, energia solar, gravidade, etc), com presença mínima ou nula da ação humana e sua função está voltada para o equilíbrio do sistema. As paisagens rurais utilizam concomitantemente energia natural e antrópica, sendo determinadas por fatores sociais e naturais, sendo definidas por regimes de propriedades, técnicas de cultivos, aproveitamento e conservação de recursos. As paisagens urbanas são definidas pelo predomínio de elementos antrópicos sobre os da natureza, tendo suas funcionalidades voltadas para setores econômicos como turismo,

comércio, administração, cultura, entre outros, ou a combinação de mais de um dos fatores. (Bolós, 1992 *apud* Escalona, 2005).

Para Santos, a paisagem abarca os objetos naturais, inerentes ao espaço não modificado, e os objetos sociais, resultados do trabalho humano no passado e no presente. Ela se modifica de acordo com as transformações econômicas, políticas e sociais, em ritmos e intensidades variadas, atendendo a novas necessidades, representando diversos momentos do desenvolvimento da sociedade. Portanto a paisagem é móvel, “resultado de uma acumulação de tempos” (Santos, 2007, p. 54), apresenta um momento histórico dado, porém reflete o movimento dentro de diversos contextos.

As fotografias contidas neste capítulo (figuras 2 a 8) mostram alguns elementos importantes observados nos trabalhos de campo, em relação aos mais diversos aspectos do uso e ocupação do solo no periurbano da região, com base nas discussões realizadas neste trabalho. Grande parte das áreas de produção de alimentos propriamente ditas não puderam ser acessadas em campo por estarem inseridas dentro das propriedades e não serem visíveis a partir das vias de acesso. Porém ainda assim foi possível identificar sua posição em relação aos centros urbanos da região. As fotografias serão identificadas, de acordo com suas localizações, a partir dos pontos apresentados no Mapa 5.

O mapa a seguir apresenta os pontos GPS coletados, onde é possível visualizar a área coberta pelos trabalhos de campo. Foram selecionados 51 pontos do total coletado, sendo retirados alguns redundantes, para facilitação da leitura, pontos irrelevantes ou fora da área analisada. A imagem de satélite foi disponibilizada pela Divisão de Geração de Imagens – DGI do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE através de seu portal eletrônico¹⁷, georreferenciada e tratada pelo Prof. Dr. Joel Pellerin. Ela faz parte do levantamento de dados do Satélite Resource SAT-1 Sensor LISS3 datado de 28/05/2012 e foi também utilizada neste trabalho para a confecção do mapa 7 sobre a cobertura do solo periurbano da região.

¹⁷ http://www.dgi.inpe.br/siteDgi/index_pt.php

Mapa 5. Pontos coletados em campo

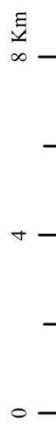


LEGENDA

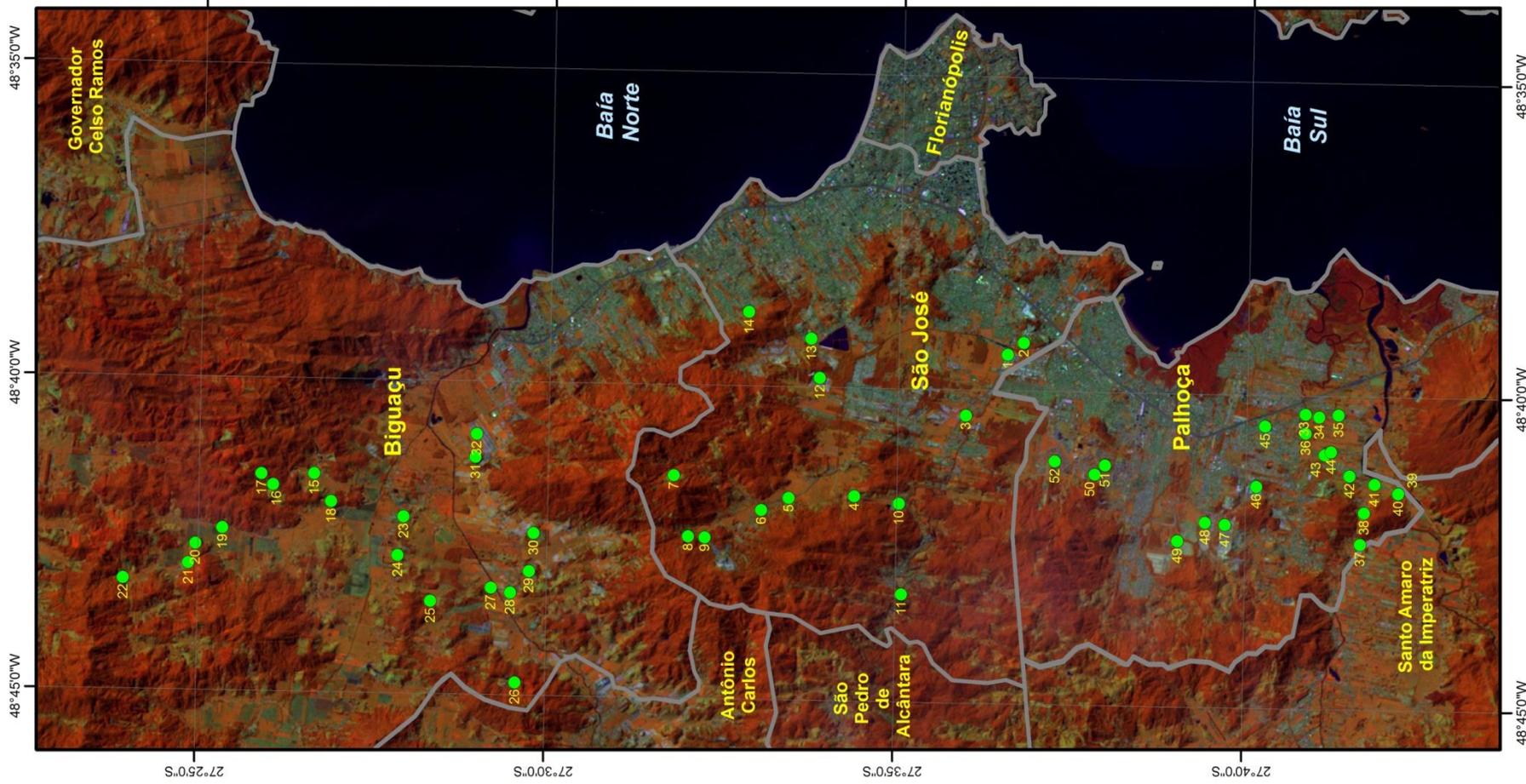
● Pontos coletados

— Limites municipais

ESCALA



1:170.000



Projeção: Universal Transversa de Mercator - UTM
Coordenadas: World Geodetic System
WGS84 Zona 22S

Imagem: Satélite Resource SAT-1
Sensor LISS3, 330-098 de 28/05/2012
Georreferenciamento e tratamento:
Prof. Dr. Joel R. G. M. Pellerin, 2012

Organizado em ArcGIS por: Mateus Litwin Prestes
Laboratório de Geoprocessamento - LabGeop UFSC
Dezembro de 2012

Na figura 2, tomada a partir do Ponto 1, podemos observar uma grande área localizada no limite urbano do município de São José e com criação de equinos, em frente a um novo loteamento industrial (Continental) em construção e próximo a algumas indústrias já em funcionamento. Esse local encontra-se nas proximidades do recém-inaugurado Shopping Continte, na intersecção da BR-101 com a SC-407. Mais adiante também se encontra um novo loteamento residencial (Nova São José), ainda em fase inicial de implantação. No entorno dessas novas obras há alguns loteamentos esparsos mais antigos e condomínios de apartamentos, além de grandes espaços vazios. A área é de um modo geral, plana e passível de futura urbanização, sendo que é possível prever o avanço por conta das novas infraestruturas em processo de consolidação, bem como o novo Shopping Center.

Figura 2. Área aberta com criação de equinos, São José.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

A figura 3 a seguir (ponto 12), também no município de São José, apresenta um loteamento, dentre outros identificados em campo,

que já apresenta a infraestrutura urbana instalada, porém sem uso no momento da visitação. Ao fundo da fotografia é possível identificar outro loteamento em processo de construção. Podemos visualizar na paisagem o avanço da transformação do periurbano em solo urbanizado, algumas áreas, principalmente na encosta do morro, com ocupação precedente e outras ainda em “pousio imobiliário”. A existência de terrenos baldios ocorre tanto dentro dos loteamentos e ainda sem ocupação como grandes áreas sem funções específicas claras.

Figura 3. Loteamento com infraestrutura instalada, São José.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

A figura 4, no município de Palhoça, (ponto 36) mostra uma típica rua interna de um loteamento já consolidado, sem qualquer tipo de pavimentação, comum nos três municípios da região. Nas proximidades há existência de pequenos comércios e, em meio às residências, funciona uma olaria. As diferentes funcionalidades inseridas na mesma área é um aspecto muito comum em áreas periurbanas, e pôde ser verificada em diversos locais em todos os municípios visitados.

Figura 4. Rua interna de loteamento periurbano em Palhoça.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

As figuras 5, 6 e 7 a seguir apresentam áreas de produção de alimentos nos municípios de Biguaçu e Palhoça.

A figura 5 (ponto 31) mostra uma grande área de produção de hortaliças, ao ar livre e em cultivos protegidos, próxima de produções de milho e criação de gado, possivelmente leiteiro. Essa área encontra-se muito próxima dos limites urbanos de Biguaçu, local onde ainda se mantém expressiva produção agrícola e, aparentemente, o avanço urbano encontra-se controlado, porém presente. A área de planície apresenta-se com grande potencial agrícola e está localizada próximo a importantes infraestruturas de acesso, na SC 408, e apesar da pressão urbana, tanto atual quanto de expansão futura, pode ser regulamentada e estimulada sua permanência dentro de circuitos de proximidade. Essa pode ser considerada uma área característica de produção de alimentos local inserida no periurbano imediato.

Figura 5. Produção de hortaliças próxima à cidade de Biguaçu.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

A figura 6, tomada no ponto 43, apresenta uma grande produção de milho nas proximidades dos limites urbanos de Palhoça. Essa área apresenta uma configuração espacial particular, pois o entorno já conta com alto grau de urbanização, em consolidação e totalmente passível de avanço. Muito próximo dessa área existem novos loteamentos e condomínios, entre eles edifícios do Programa Minha Casa Minha Vida. No Mapa 7, de cobertura e uso do solo periurbano, a classificamos como de predomínio agrícola, apesar da tendência de crescimento urbano ser eminente. No entorno também foi possível identificar plantações de frutas como banana, sendo que para Palhoça, das áreas percorridas nos trabalhos de campo, essa pode ser considerada a mais importante em relação à produção de alimentos. Também foi possível observar hortas nos quintais de algumas residências, principalmente com mandioca ou hortaliças, provavelmente destinadas ao autoconsumo.

Figura 6. Produção de milho em Palhoça.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

Na figura 7, ponto 16, aparece uma propriedade com produção de hortaliças e criação de animais, porcos e aves segundo se pôde verificar no local, numa área localizada no ao norte do município de Biguaçu, no interior do município. O local e seu entorno conservam todas as características típicas de uma área rural, uma das únicas dessa categoria ainda encontradas no periurbano da região.

Figura 7. Produção de hortaliças no interior de Biguaçu.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

A figura 8 (ponto 8) mostra outro tipo de funcionalidade encontrada hoje em áreas rurais, tanto nas periurbanas como nas mais distantes de centros urbanos. Neste caso aparece um parque aquático (Vô Ná), nas proximidades de Alto Forquilha, São José. Essa atividade está associada ao setor turístico, ou seja, áreas destinadas ao lazer, principalmente como refúgio da população urbana que busca contato com a natureza e atividades de descanso. A reprodução dessas atividades está associada à conservação da natureza no entorno, porém ainda assim necessitam de regulamentação para seus usos. Outro uso encontrado de forma corrente, observados em Biguaçu, é o aluguel de propriedades rurais para eventos de maior público como festas religiosas, de formaturas, confraternizações entre outros possíveis. Essas atividades estão inseridas nos processos hoje chamados na literatura acadêmica de nova ruralidade, em que é possível extrair renda da terra nos espaços rurais sem estarem associados necessariamente à agricultura.

Figura 8. Parque aquático no interior de São José.



Fonte: Arquivo do autor. PRESTES, M. L., dez. 2012.

Proposta de mapeamento e tipologias

No momento de definição do objeto de estudos, para qualquer trabalho geográfico e de muitas outras áreas do conhecimento, a questão da escala se mostra pertinente e desafiadora. Ao mesmo tempo em que surge como uma necessidade objetiva para a representação cartográfica, por exemplo, ela assume um caráter subjetivo quando se pensa na escala do fenômeno que será tratado. No caso da periurbanização, a extensão física do que se qualifica como tal vai depender, entre outros fatores, do tamanho da cidade central do sistema analisado. Na Grande São Paulo é possível avaliar sua existência e reprodução numa área muito maior e talvez com uma multiplicidade de processos igualmente maior do que na Grande Florianópolis. Porém, o fundamento conceitual permanece e as características gerais do periurbano serão identificadas em ambos os casos. Por isso apresentamos dois mapas com duas escalas distintas do que se pode considerar de periurbano na região.

O periurbano de uma aglomeração urbana conurbada vai demandar uma análise regional do fenômeno, pois, assim como as funções urbanas vão se complementar entre um município e outro, as funções periurbanas também o farão. Isto constitui parte da questão da escala para estas áreas e vai depender das características propostas por cada estudo. Para Castro (2007), numa perspectiva conceitual, “a escala introduz o problema da poliformia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas” (p. 138), sendo que “a escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, porque enquanto medida de proporção ela é um problema matemático” (p. 123). Segundo Ávila, para entender os espaços periurbanos é importante partir do reconhecimento amplo de processos e fenômenos sociais mutáveis que definem modos de vida.

Por otro lado, también existe la convicción de lo importante que es referir y delinear lo periurbano en términos de los modelos espaciales que desarrolla, caracterizables en términos cuantitativos (Ávila, 2005, p. 34).

Analisamos primeiramente, e segundo trabalho já desenvolvido no LabRural, o periurbano da região da Grande Florianópolis para além

dos municípios da conurbação. Na presente pesquisa o foco é para o periurbano imediato, porém julgamos importante situar o periurbano dentro de uma perspectiva regional, pois os fluxos estabelecidos pela produção de alimentos direcionados para São José e Florianópolis e os circuitos de proximidade transpassam os municípios da conurbação. Também como já mencionado, esses outros municípios mantêm estreitos laços com os conurbados, tanto por conta da produção agrícola como pelos eixos de avanço da conurbação (PRESTES, 2012). Delgado mostra a importância de situar esses processos em sua escala regional:

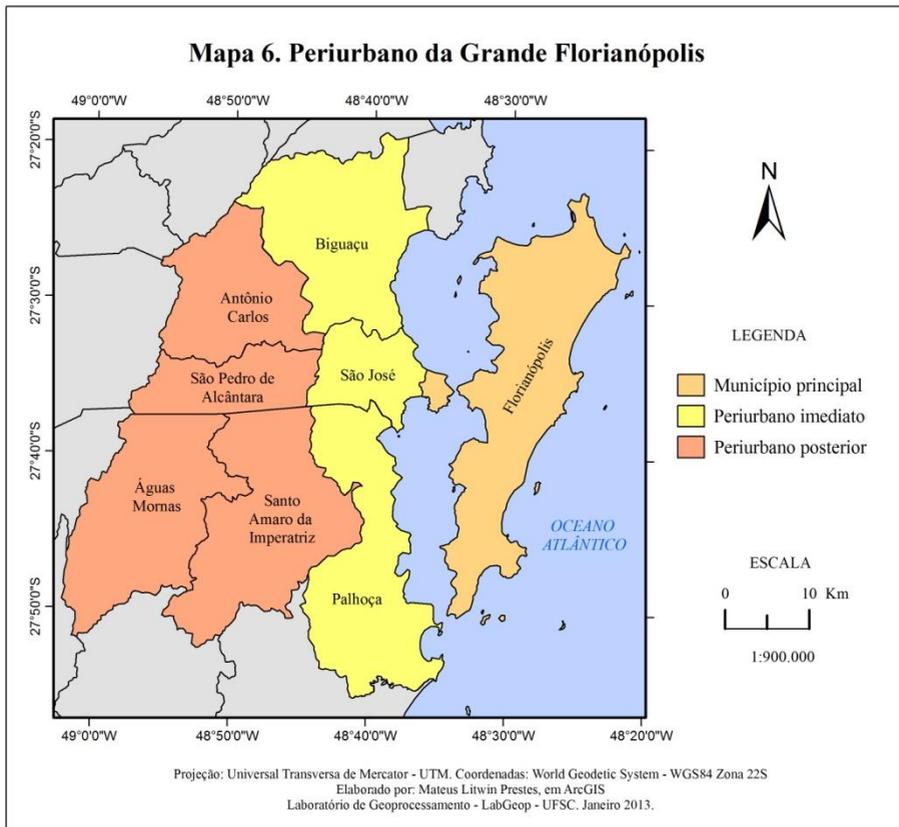
la corona regional constituye el primer contorno no conurbado de una ciudad-región (por lo que su urbanización es fragmentaria), es el ámbito *ad hoc* para la descentralización intrarregional (por lo que es muy dinámica) y es el lugar “gozne” o “bisagra” en donde se concreta un cambio de escala entre lo regional y lo metropolitano (por eso es necesario analizar ambas escalas a la vez). Por estos motivos, en la corona regional reside el principal potencial de reestructuración de la ciudad-región a la que pertenece (Delgado, 2003 *apud* Ramírez, 2005).

Assim sendo, em relação à produção de alimentos nas áreas periurbanas da Grande Florianópolis, propomos duas categorias gerais explicitadas a seguir:

- PERIURBANO IMEDIATO: até mais ou menos 12 km em direção a oeste e 15 km a partir do centro da parte continental de Florianópolis nas direções noroeste e sudoeste, próximo aos limites municipais. As sedes municipais estão inseridas na área de conurbação, cujo entorno apresenta graus mais intensos de urbanização difusa. Consideramos, portanto periurbano imediato os limites urbanos dos municípios em questão, os locais de urbanização difusa e toda área rural dos mesmos.
- PERIURBANO POSTERIOR: até um raio de cerca de 30 km do centro da parte continental de Florianópolis, em direção a oeste, noroeste e sudeste. As sedes municipais podem ser consideradas periurbanas por dois motivos: estreitos vínculos com a capital em relação à funções urbanas diversas e conformação de eixos de conurbação, como Santo Amaro da

Imperatriz e Antonio Carlos. Nesse periurbano posterior a participação da economia agrícola é maior.

Os municípios do periurbano posterior podem ser assim considerados devido à proximidade com os municípios da conurbação, bem como pela sua inserção no mercado de produtos agrícolas regional. O mapa 6 a seguir, mostra os municípios que referimos como Periurbano Imediato e Periurbano Posterior e Florianópolis como município central na hierarquia urbana regional:



Para exemplificar em parte essa classificação, apresentamos a seguir, na tabela 9, os valores adicionados brutos ao PIB para os outros municípios considerados nessa visão mais geral do periurbano regional. Os municípios da segunda faixa apresentam populações urbanas muito menores que os municípios da conurbação, o que reflete no VAB total dos mesmos. Porém o peso da atividade agrícola é mais expressiva e representa maiores porcentagens do VAB desses municípios. Ainda assim, o VAB¹⁸ de serviços representa mais de 60% dos valores e entre 11% e 25% para a indústria. A maior parte da produção agrícola, em especial produtos frescos ou semi-processados como hortaliças, é comercializada em Florianópolis através de feiras, supermercados e, principalmente, no CEASA São José.

Tabela 9. VAB total e agropecuário para os municípios do periurbano imediato e posterior da Grande Florianópolis, 2010.

Município	VAB total (Mil Reais)	VAB agropec. (Mil Reais)	VAB agropec. %
Biguaçu	1.179.911	37.544	3,18
Florianópolis	8.303.719	29.158	0,35
Palhoça	1.775.829	14.813	0,83
São José	4.191.119	6.415	0,15
Subtotal	15.450.578	87.930	0,57
Águas Mornas	58.393	15.444	26,45
Antônio Carlos	260.461	38.474	14,77
Santo Amaro da Imperatriz	226.066	15.137	6,70
São Pedro de Alcântara	38.130	6.797	17,83
Subtotal	583.050	75.852	13,01

Fonte: SIDRA/IBGE, 2010. Org.: PRESTES, M. L., dez. 2012.

Na análise das duas faixas periurbanas da região os dados de densidade demográfica fazem mais sentido, visto que na divisão

¹⁸ Para o município de Antônio Carlos, o VAB dos serviços equivale a 30,77% e o da indústria 54,46% do VAB total. Isso porque o município de cerca de 7.500 habitantes possui uma fábrica de bebidas (Vonpar), subsidiária da Coca-Cola, que reflete expressivamente no VAB industrial.

municipal eles aparecem de forma mais clara como critério explicativo. Como já salientado, para análise do periurbano imediato é necessário dados de áreas e população referentes à bairros ou distritos, o que não foi possível para esta pesquisa. Na tabela a seguir são explicitados as densidades por municípios.

Tabela 10. Densidade demográfica para os municípios do periurbano imediato e posterior da Grande Florianópolis, 2010.

Município	Área total (km ²)	População total (hab)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Biguaçu	374,50	58.206	155,44
Florianópolis	671,60	421.240	627,24
Palhoça	395,00	137.334	347,68
São José	151,10	209.804	1388,51
Subtotal	1592,20	826.584	519,15
Águas Mornas	326,50	5.548	16,99
Antônio Carlos	229,10	7.458	32,55
Santo Amaro da Imperatriz	345,00	19.823	57,46
São Pedro de Alcântara	139,60	4.704	33,69
Subtotal	1040,20	37.533	36,08

Fonte: SIDRA/IBGE, 2010. Org.: PRESTES, M. L., dez. 2012.

Para o mapa da configuração do periurbano imediato, a proposição das categorias se deu com base numa análise qualitativa da cobertura do solo a partir das imagens de satélite, dentro de uma escala microrregional. Cabe salientar que em todos os lugares, principalmente mais próximos às áreas urbanas, existe de alguma forma tipos de ocupação com maior densificação de construções, em especial para uso residencial e comercial, o que acaba criando pequenas e médias comunidades um tanto afastadas dos centros urbanos principais. As categorias propostas apresentam certo grau de generalização, dada a escala trabalhada, fazendo com que uma área definida possa conter, em maior ou menor intensidade, a presença de aspectos de outra categoria. A seguir são apresentadas as categorias utilizadas no mapa 7 de uso e

cobertura do solo e suas respectivas explicações, sendo que estas representam as características predominantes para cada caso.

1. **URBANO CONURBADO:** predomínio de espaços urbanos, em especial da conurbação; áreas centrais e periféricas com maior grau de densificação do uso do solo e forte integração por vias de acesso. Apresenta usos residenciais, industriais e comerciais.
2. **URBANO DESCONTÍNUO:** bairros periféricos e de urbanização isolada e/ou em processo de integração, com loteamentos consolidados ou em construção, mas que já apresentam características urbanas. Também apresenta usos residenciais, industriais e comerciais característicos de áreas urbanas.
3. **PREDOMÍNIO DE ÁREAS EM POUSIO:** espaços passíveis de ocupação urbana, consideradas em muitos casos como de expansão urbana e que já sofrem grande pressão da urbanização, apresentando ou não atividade agrícola. Em geral próximos aos limites urbanos consolidados e, principalmente, com criação de bovinos e equinos.
4. **PREDOMÍNIO AGRÍCOLA:** áreas com características propriamente rurais e com produção agrícola variada. Pequenas comunidades agrícolas ou loteamentos e presença maior de edificações ao longo das vias principais e edificações rurais voltadas às funções agrícolas.
5. **TOPOS DE MORROS E DECLIVIDADES:** áreas declivosas e de topos de morros com predomínio de vegetação com poucas áreas de utilização agrícola, pastagens e/ou edificações, em geral ao longo de vias de acesso. Também considera as áreas de usos restritos por lei.
6. **MANGUEZAL:** de uso restrito, consiste mais numa convenção cartográfica do que categoria, porém é interessante lembrar que, em algumas áreas, a urbanização avança sobre os manguezais também, neste caso em Palhoça onde há ocorrência na área analisada.

O periurbano em si pode ser considerado todas as áreas que não pertencem à categoria área urbana contínua, constituído de um mosaico de usos e coberturas do solo que mostram uma gradativa transição entre urbano e rural, sem uma ordem clara para cada categoria. Foram analisadas as áreas mais próximas à conurbação onde foram realizados os trabalhos de campo. Cabe salientar que ao norte do município de Biguaçu existem áreas agrícolas e ao sul do município de Palhoça (após o Parque da Serra do Tabuleiro) existem áreas de urbanização descontínua e áreas agrícolas.

Os locais com características rurais ocorrem principalmente dentro das categorias 3, 4 e 5, sendo que a produção agrícola em si encontra-se de forma dominante na categoria 4. Ao sul de Palhoça, na área representada no mapa, há ocorrência de uma área de predomínio agrícola que está sob intensa pressão do urbano no entorno, conforme apresentado na figura 6, sendo as transformações recentes muito visíveis. Ela foi assim definida, pois ainda há ocorrência intensa de produção agrícola, porém em alguns lotes já aparecem focos de urbanização ao longo das vias principais e outros de loteamentos tipos espinha de peixe, além de complexos residenciais de apartamentos inseridos no Programa Minha Casa Minha Vida do atual governo federal.

Na categoria 3, Predomínio de Áreas em Pousio, utilizamos a ideia de pousio no sentido de terra não cultivada com agricultura. A localização e o estado atual de utilização dessas áreas sugerem o que foi debatido anteriormente a respeito do “pousio imobiliário”, sendo que muitas das áreas assim classificadas encontram-se nessa situação, ou já possuem focos de urbanização dispersa. Outras áreas rurais apenas sem utilização agrícola atual também foram assim definidas, quando muito próximas ou inseridas em áreas urbanas.

O mapa 7, a seguir, apresenta a espacialização das categorias propostas. Ele foi elaborado com base em técnicas de fotointerpretação sobre a imagem de satélite apresentada anteriormente no mapa 5 e com apoio dos dados qualitativos e de GPS levantados em campo, dos planos diretores, leis e das imagens disponíveis em Google Earth.

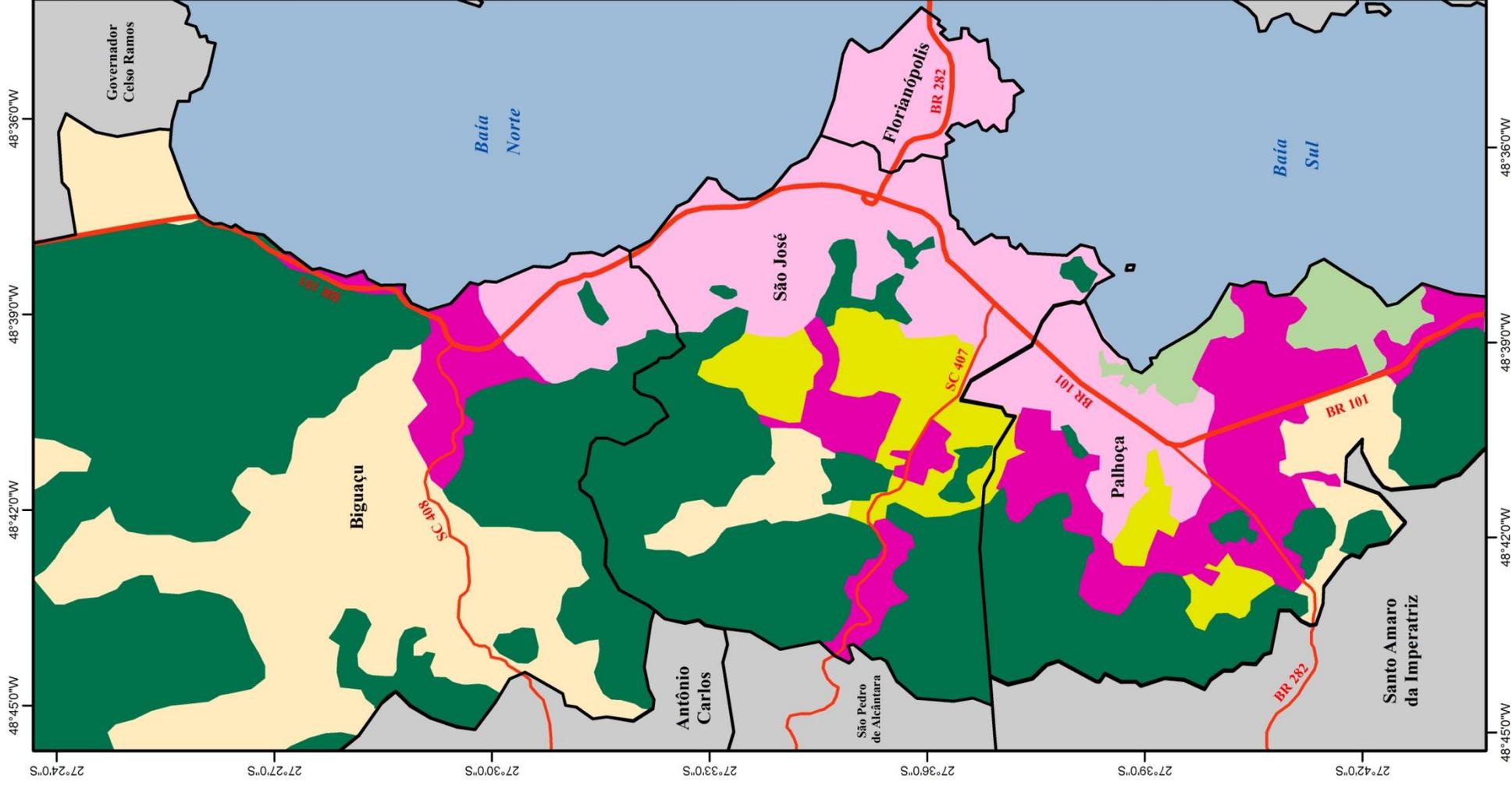
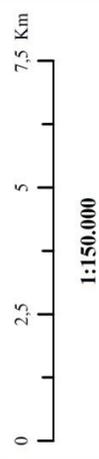
Mapa 7. Cobertura e uso do solo nas áreas do periurbano imediato da Grande Florianópolis, 2012.



LEGENDA

- Urbano conurbado
- Urbano descontínuo
- Predomínio de áreas em pousio
- Predomínio agrícola
- Topos de morros e declividades
- Rodovias principais
- Rodovias secundárias
- Limites municipais
- Municípios vizinhos
- Manguezal

ESCALA



Projeção: Universal Transversa de Mercator - UTM
 Coordenadas: World Geodetic System
 WGS84 Zona 22S

Elaborado em ArcGIS por: Mateus Litwin Prestes
 Laboratório de Geoprocessamento
 LabGeop - UFSC
 Dezembro de 2012

Alguns aspectos gerais podem ser analisados em relação ao periurbano da Grande Florianópolis, que dizem respeito às limitações e transformações recentes deste espaço. Em primeiro os condicionantes naturais que caracterizam grande parte da configuração do uso do solo, principalmente as áreas com grandes declividades que representam grande parte dos territórios municipais. Em alguns locais já há ocupação dentro de certos limites, porém essa ocupação não será generalizada. Ao mesmo tempo ainda há a presença de grandes áreas abertas planas disponíveis, que de um modo geral já fazem parte das áreas de expansão urbana futura nos planos diretores. Naturalmente essas áreas demandam investimentos em planejamento urbano e não podem estar a mercê apenas dos investidores privados. Também nessas áreas há possibilidade de se manter produções de alimentos dentro de conceitos da agricultura urbana e periurbana, o que parece pouco provável dentro da lógica que vem se instalando para o zoneamento e, conseqüentemente, de uso e ocupação do solo nessas áreas e na ação dos agentes diretos. Essa realidade de maior pressão humana sobre os territórios municipais é mais expressiva em São José e Palhoça.

O avanço urbano nas áreas periurbanas vem ocorrendo principalmente com base em loteamentos dispersos e grandes obras como indústrias, shopping centers, grandes lojas e centros de distribuição de empresas comerciais, características comuns em diversos locais do mundo. Esse avanço urbano disperso, fragmentado, ocorre nos três municípios analisados, porém com maior expressividade e intensidade nos municípios de São José e Palhoça. Em Biguaçu a urbanização é mais expressiva nas áreas centrais do município e ao longo da BR 101, com perspectiva de avanço ao longo da SC 408, onde já se encontram alguns loteamentos e condomínios, industriais e, especialmente, residenciais.

Sobre as áreas de produção agrícola localizadas próximas à área urbana, a maior ocorrência se concentra no município de Biguaçu, locais onde há presença de produções diversificadas, desde hortaliças, produção de gado e leite, milho e grandes áreas com arrozais. Em Palhoça, as áreas mais próximas à conurbação já sofrem intensa pressão urbana, principalmente na área analisada e mapeada, que se encontra entre os limites do município e o Parque da Serra do Tabuleiro. Ao sul, em locais mais distantes da conurbação e também ao sul do parque, existem áreas de produção agrícola, como em Três Barras e Sertão do

Campo, inclusive com plantações de arroz, porém esses locais não foram analisados nos trabalhos de campo. Em São José verifica-se maior presença de produção de animais, aves, bovinos e equinos, sendo esse dois últimos inseridos, em grande parte, na categoria Predomínio de Áreas Livres apresentada no mapa, locais com grande propensão de sustentar o avanço urbano do município nas próximas décadas.

A produção agrícola próxima aos centros urbanos tende, portanto, à retração e ao desaparecimento, caso não sejam estimuladas e protegidas pelos poderes municipais, sendo que atualmente ela se mostra residual em muitos casos. A perspectiva é com o município de Biguaçu que, além de ainda manter a maior parte das áreas de produção de alimentos próximas à conurbação, apresenta legislação recente e específica para estímulo ao empreendedorismo rural e previsão de investimentos em infraestrutura para as comunidades agrícolas.

Considerações finais

Com o andamento da pesquisa foi possível perceber que para pensar as áreas rurais do periurbano imediato da Grande Florianópolis foi imprescindível recorrer à Geografia Urbana, visto a contundência do processo de urbanização na região. A alteração de áreas rurais e agrícolas em urbana de forma desordenada predomina na paisagem, ao passo que o rural acaba se tornando um elemento secundário, inclusive na zona rural, dada a desatenção com o planejamento e o cuidado dispensado pelo poder público na manutenção e reprodução dessas áreas. A pesquisa esteve focada na análise de uma das esferas das relações rural-urbanas, mais especificamente nas zonas de contato entre rural e urbano na área de estudos, fato que nos levou a propor a categoria de periurbano imediato.

O periurbano pode ser definido como as áreas circundantes às cidades que sustentam o avanço territorial da mesma com base na transformação do solo agrícola e rural em urbano, gerando mesclas de usos urbanos com rurais. Para o caso estudado, a cidade tem avançado, o meio rural tem assimilado parte dessas transformações, apesar da tendência ao desaparecimento. A adaptação das áreas rurais e a manutenção das produções agrícolas dentro de uma realidade periurbana ainda são possíveis, porém necessitam de incentivos adequados e de definições mais claras sobre as funcionalidades desses espaços. O conceito de periurbano ajuda na compreensão da realidade nessas áreas de contato rural-urbano e deve ser inserido nas discussões referentes a políticas de ordenamento territorial para evitar problemas que há muito tempo estão em pauta, tanto na Geografia como em outras áreas da ciência, sobre o avanço urbano desordenado no Brasil, e já foram preocupação em diversos estudos de importantes pensadores das realidades socioespaciais nacional, como Milton Santos e Lobato Corrêa.

Dentro dos objetivos propostos para o desenvolvimento do trabalho é possível concluir que a configuração dos espaços periurbanos da região, em especial do periurbano imediato, segue uma lógica quanto a seus usos, comum em diversas outras cidades, em especial dos países que vêm experimentando um incremento da industrialização após a segunda metade do século XX. Na Grande Florianópolis, a pressão

antrópica sobre os territórios municipais demanda medidas mais efetivas de ordenamento dos usos do solo, ao passo que muitas áreas propícias para utilização agrícola encontram-se em situação de pousio ou passíveis de urbanização. No município de São José, por exemplo, muitas áreas próximas às áreas urbanas ainda apresentam características rurais e estão dominadas pela criação extensiva de bovinos e equinos. Essas áreas apresentam elevado potencial agrícola e poderiam conter pequenos lotes de produção intensiva de hortaliças e pequenas unidades de processamento que contribuiriam para geração de renda no meio rural e facilidade de acesso aos mercados da conurbação. Assim procede também em Palhoça e Biguaçu.

Sobre a situação atual da produção agrícola próximo à conurbação, os locais onde ela se encontra mais efetiva são aqueles mais distantes dos centros, principalmente ao norte do município de Biguaçu. Em Palhoça ela sofre mais pressão por conta do ritmo do avanço urbano e a dispersão dos focos de urbanização no município. Considerando-se a área analisada e as classificações propostas para a configuração do espaço periurbano da região, é possível identificar em todos os locais, com maior ou menor intensidade, a mescla de características rurais entremeadas por espaços de urbanização difusa, com exceção da parte norte de Biguaçu onde o predomínio de áreas de produção agrícola e topos de morro mantêm características rurais propriamente ditas nas paisagens.

Assim, é possível traçar algumas considerações a respeito das hipóteses levantadas para o trabalho. Primeiro, a produção agrícola no entorno das cidades conurbadas permanece, porém de forma residual. A criação de gado, muito comum nas áreas analisadas, sugere que há uma produção de carne e leite que acaba entrando no mercado regional, mas nesses casos fica a pergunta se essas criações não permanecem apenas dentro da lógica de reserva de valor das propriedades, na espera da transformação em solo urbanizado, quando conveniente aos poderes competentes (Estado e proprietários fundiários). Isso de forma mais expressiva em Palhoça e São José. Mais uma vez, a produção agrícola permanece de forma expressiva em Biguaçu, que contribui mais efetivamente com a produção agrícola da região.

A segunda hipótese nos remete à questão da escala trabalhada no capítulo 3, em que os municípios da conurbação dependem da produção de proximidade, em especial para os produtos frescos, como

hortaliças. Essa proximidade é relativa, como analisado, por exemplo, nos boletins mensais do CEASA e na pesquisa junto ao LabRural, e se estende para o Periurbano Posterior, onde se verifica maior participação dos produtos agrícolas do Periurbano Posterior no mercado regional. A baixa participação dos municípios da conurbação no circuito das hortaliças, aquele mais se adequaria na área do estudo, representa bem esse caso. Se considerarmos o ideal para o ordenamento territorial da produção agrícola regional, aparece o conflito, pois o avanço urbano se mantém difuso e, em muitos casos desordenado, ao passo que o grosso da produção de alimentos se estabelece nos municípios da próxima faixa após a conurbação.

O fenômeno da periurbanização, portanto, extrapola a os municípios que abarcam a área conurbada da região. Naqueles que compõem a próxima faixa de municípios, a obsolescência da produção agrícola não se mostra tão aparente, e mesmo que ocorra é num estágio menos avançado do que em São José, Palhoça e Biguaçu. Santo Amaro da Imperatriz já mostra sinais concretos de eixo futuro de conurbação e vem aos poucos se conectando com Palhoça, se definido como cidade dormitório, mas a produção agrícola local ainda se mantém, assim como em Antonio Carlos, São Pedro de Alcântara e Águas Mornas (PRESTES, 2012). Os dados mostram a variação da pressão da urbanização entre os municípios, e logicamente nos que compõem conurbação a pressão é maior. Como mostrou Quevedo Neto (1993), a tendência, como já identificado na Grande São Paulo desde a década de 1970, é do afastamento do cinturão verde dos limites urbanos, conforme a cidade avança. E sem medidas de contenção, ela avançará até onde for possível.

Em algumas áreas a consolidação do avanço urbano é inevitável, mas isso não representa necessariamente um problema, considerando a escala e as formas do periurbano da região. Nesses locais de futura urbanização, é imprescindível a criação de parques urbanos, em especial no entorno de cursos d'água e nas áreas de preservação permanente, como topos de morros e declives acentuados. Questões de planejamento e de atenção do poder público e das comunidades naquilo que tange à expansão futura da cidade. Em muitos locais ainda se pode manter áreas de produção de alimentos, característicos da agricultura urbana e periurbana, mas para isso é necessário legislações pertinentes com pontos específicos sobre suas funcionalidades.

Veenhuizen atenta para a necessidade de se incluir a agricultura no planejamento ambiental como parte dos cinturões verdes das cidades, parques urbanos e espaços abertos, fato que resulta em benefícios mútuos, além de garantir acesso à terras protegidas da expansão urbana para produtores rurais que desejam trabalhar na agricultura (Veenhuizen, 2003). Nesse sentido é possível pensar a relação entre as áreas verdes no entorno das grandes cidades como parte fundamental do planejamento regional, ao passo que pode contribuir para ganhos na qualidade de vida no campo e na cidade, principalmente se houver uma agricultura associada à práticas ambientalmente responsáveis. A produção de orgânicos, por exemplo, qualifica o padrão alimentar da população consumidora, fato que também indica melhora na qualidade de vida, sendo que o estímulo a esse tipo de produção pode aumentar a oferta e reduzir os preços nas cidades, reconfigurando o mercado para o setor e melhorando aspectos da segurança alimentar para produtores e consumidores.

Uma das formas que estimular a produção de alimentos nas áreas periurbanas é através do extensionismo rural com base nas particularidades econômicas, sociais e ambientais desses espaços. Drescher aponta algumas necessidades específicas da extensão na agricultura urbana e periurbana, entre elas: questões legais de posse da terra e de como integrar esse tipo de agricultura nos planos diretores; desenvolvimento de tecnologias adaptadas a essas realidades, otimizando os sistemas produtivos; sistemas alternativos de distribuição abarcando as economias informais, certificações, pequenas empresas, etc.; avaliação de impactos e extensão participativa no desenvolvimento de metodologias. O autor coloca também os grupos alvos desse tipo de extensão, que inclui desde nutricionistas, passando pelos agricultores, consumidores, instituições com funções legais e as autoridades responsáveis pelo planejamento (Drescher, 2003).

A isso é possível somar muitas outras formas de estimular a produção de alimentos nas áreas periurbanas, que podem contribuir com a qualidade de vida nas cidades e suas áreas próximas, como associativismo e cooperativismo entre produtores para redução de custos de operação, mercados de produtos agrícolas *in natura* ou semi-processados (compotas, doces, conservas). Além da criação de áreas verdes e parques, infraestruturas de uso coletivo voltados para o lazer e a preservação ambiental, e tudo mais que envolve a conexão e

aproximação das populações eminentemente urbanas com as áreas do periurbano.

O periurbano é móvel e mutável tanto por conta do avanço das cidades quanto por conta dos próprios processos sociais que modificam o espaço e as paisagens. Ele se transforma através: do avanço físico/territorial da urbanização, o que pode ser de certa forma controlado ou regulado; através das transformações tecnológicas da sociedade como um todo (meios de transporte, comunicação, etc.); pelos processos que atingem o meio rural e as relações rural-urbanas (nova ruralidade, contraurbanização). Como analisado com o desenvolvimento do trabalho é possível ver as potencialidades de compreensão teórica da realidade econômica, territorial, social e cultural dessas áreas, além das possibilidades de planejamento, abertas e tão importantes para o futuro das cidades, em espacial no Brasil onde nota-se o avanço urbano expressivo.

São inúmeras as possibilidades de usos e funcionalidades inerentes às áreas periurbanas, cabe aos poderes municipais e as comunidades organizadas a busca pelas melhores formas de adequação e utilização dessas áreas, que muito tem a contribuir com a qualidade de vida nas cidades no futuro próximo e distante.

Referências bibliográficas

ALVES, Morgana Celina. Evolução e permanência dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Geografia; Pós-Graduação em Planejamento Regional e Urbano; Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

ÁVILA, Héctor Sánchez. Enfoques geográficos en torno a la nueva ruralidad. In: PÉREZ, Edelmira (Org.). La nueva ruralidad en América Latina: avances teóricos y evidencias empíricas. 1ª ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

_____. Ideas y planteamientos teóricos sobre los territorios periurbanos: las relaciones campo-ciudad en algunos países de Europa y América. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, nº 45, UNAM. Ciudad de México, 2001 (p.108-127).

_____. La agricultura en las ciudades y su periferia: en enfoque desde la Geografía. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, n. 53. Ciudad de México, 2004 (p.98-121).

_____. Líneas de investigación y el debate en los estudios urbano-rurales. In: ÁVILA, Héctor S. (Org). Lo urbano-rural, ¿nuevas expresiones territoriales? Cuernavaca, México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias – CRIM/UNAM, 2005 (p. 19-58).

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006 (p. 81-109).

BERNARDELLI, Mara L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006 (p. 33-52).

BERRY, Brian J. L. The counterurbanization process: how general? In: HANSEN, Niles M (Org). Human settlement systems: international perspectives on structure, change and public policy. Cambridge: Ballinger Publishing Company, 1978 (p. 25-49).

BEZERRA, Romeu Augusto de Albuquerque. A terra urbana em Florianópolis (SC): loteamentos e desmembramentos de 1940 a 2001. Dissertação de mestrado em Geografia; Pós-Graduação em Planejamento Regional e Urbano; Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

BOLÓS, María. Manual de ciencia del paisaje: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Ed. Masson, 1992.

BRASIL. Decreto-lei nº 57 de 18 de novembro de 1966.

_____. Lei Nº 4504 de 30 de novembro de 1964.

_____. Lei Nº 5172 de 25 de outubro de 1966.

CAMPOS, Edson Telê. A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da construção civil. Tese de doutorado em Geografia; Pós-Graduação em Planejamento Regional e Urbano; Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Revista Sociedade & Natureza, n. 22. Uberlândia, dez. 2010 (p. 461-474).

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007 (p.117-140).

CAVICCHIOLI, Maria A. B. As hortaliças na Grande Florianópolis – da produção ao consumo – a ação dos agentes intermediários. Dissertação de mestrado em Geografia; Pós-Graduação em Planejamento Regional e Urbano; Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

CEPA, Centro de Socioeconomia e Pesquisa Agrícola; EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

CORRÊA, Joel M.; CORRÊA, Walquiria K.; Gerardi, Lucia H. de O. A problemática da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no

espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. *Geografia*, vol. 26. Rio Claro, abril de 2001 (p.37-58).

CORRÊA, Roberto Lobato. A periferia urbana. *Revista GEOSUL*, n. 2, ano 1, segundo semestre. Florianópolis, 1986 (p.70-78).

_____. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DELGADO, Javier. La urbanización difusa, arquetipo territorial de la ciudad-región. *Sociológica*, ano 18, n. 51. Ciudad de México: UAM-Atzacotzalco, jan-abr 2003 (p. 13-48).

DRESCHER, Axel W. Extension services for urban and periurban agriculture. In: SIDA – Swedish International Development Agency; ETC – Urban Agriculture Programme. Annotated bibliography on urban and periurban agriculture. Leusden, Holanda, 2003 (p. 756-766).

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006 (p. 11-31).

ESCALONA, Miguel Jorge. El paisaje del municipio de Texcoco: análisis morfológico y funcional en el marco de un modelo cartográfico. Estado de México. Estados Unidos Mexicanos. Tesis doctoral en Geografía; Universidad de Alcalá. Alcala de Henares, 2005.

FAO, Food and Agriculture Organization. *La agricultura urbana y periurbana*. Comité de Agricultura. Roma: 25 a 29 de janeiro de 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª Ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GRAZIANO da Silva, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.

GT-CADASTRO, Grupo de Trabalho em Cadastro Técnico e Gestão Territorial. *Leitura da cidade de São José, SC (tendências e potenciais)*. Projeto de revisão do plano diretor de São José – SC. FEESC, Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina. UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário. Rio de Janeiro: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

_____. Censo Agropecuário, 2006.

_____. Pesquisa de Produção Agrícola Municipal, 1990 a 2011.

_____. Pesquisa Pecuária Municipal, 1990 a 2011.

JEAN, B. La question rurale: la ruralité et la sociologie. In: Recherches sociologiques, v. 20, n. 3. Louvain, 1989 (p. 287-309).

LAGO, Paulo F. Santa Catarina: a terra, o homem e a economia. Florianópolis: Editora da UFSC, 1968.

MARCON, Maria T. de R. A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado. Dissertação de mestrado em Geografia; Pós-Graduação em Planejamento Regional e Urbano; Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. Revista Terra Livre, ano 18, n. 19. São Paulo, jul/dez 2002 (p.95-112).

MATTEI, Lauro. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. In: EPAGRI/CEPA. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. Florianópolis, 2010 (p. 25-35).

MDP - Municipal Development Program, Regional Office for Eastern and Southern Africa. Periurban Land Tenure Planning and Regularization in Eastern and Southern Africa: case studies from Kenya, Malawi, Tanzania and Uganda. Research report. Food and Agriculture Organization (FAO-SAFR), 2001.

MONTELLO, D. R. Scale in geography. In SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. International encyclopedia of the social and behavioral sciences. Oxford: Pergamon Press, 2001 (p. 13501-504).

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. Lei Complementar Nº 12 de 17 de fevereiro de 2009.

_____. Lei Nº 2955 de 16 de setembro de 2010.

_____. Lei Ordinária Nº 1032 de 29 de dezembro de 1995.

MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Lei Nº 16 de 7 de abril de 1993.

_____. Lei Nº 2248 de 27 de dezembro de 2005.

_____. Lei Nº 2443 de 6 de outubro de 2006.

_____. Lei Nº 2577 de 23 de março de 2007.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Lei Ordinária Nº 1605 de 17 de maio de 1985.

OTANI, Malmiria Norico. Estratégias de reprodução social em áreas periurbanas: os produtores de vinho artesanal comercial em Jundiá. Dissertação de mestrado; Faculdade de Engenharia Agrícola; Universidade Estadual de Campinas. 104p. Campinas, 2010.

PELLERIN, Joel R. G. M. Mapas de ocupação urbana da conurbação. Tratamento de imagens de satélite dos anos de 1976, 1993 e 2008. Florianópolis, 2008.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PRESTES, Mateus L. A dinâmica da produção de alimentos na Grande Florianópolis. Relatório de pesquisa, LabRural/UFSC/PIBIC/CNPq. Florianópolis, 2012.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. A escala nos trabalhos de campo e de laboratório. In: VENTURI, Luis A. B. Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2009 (p. 55-67).

QUEVEDO NETO, Pedro de S.; LOMBARDO, Magda A. Dinâmica e qualidade da paisagem na área de transição urbano-rural. *Revista Geografia*, v. 31, n. 2, maio/agosto. Rio Claro, 2006 (p.257-268).

QUEVEDO NETO, Pedro de Souza. A conversão de espaços naturais pelo processo de expansão urbana na Grande São Paulo: Vargem Grande Paulista. Dissertação de mestrado em Geografia Física; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo. 169 p. São Paulo, 1993 (p.1-70).

RAMIRÉZ, Blanca Velásquez. Miradas y posturas frente a la ciudad y el campo. In: ÁVILA, Héctor S. (Org). *Lo urbano-rural, ¿nuevas expresiones territoriales?* Cuernavaca, México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias – CRIM/UNAM, 2005 (p. 61-85).

RATIER, Hugo E. Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización: un estado de la cuestión. *Revista de Ciências Humanas*, n. 31. Florianópolis, abril 2002 (p.9-29).

ROSA, Lucelina R.; FERREIRA, Darlene A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006 (p. 187-204).

SANTA CATARINA. Lei Complementar Nº 162 de 6 de janeiro de 1998.

_____. Lei Complementar Nº 495 de 26 de janeiro de 2010.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e método*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

_____. *Pensando o espaço do Homem*. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Clécio Azevedo da. La configuración de los circuitos “de proximidad” en el sistema alimentario: tendencias evolutivas. *Documents d’Anàlisi Geogràfica*, nº54. Universitat Autònoma de Barcelona, 2009 (p.11-32).

STOICA, Ilinca-Valentina; TALANGA, Cristian; ZAMFIR, Daniela. Urban-rural interface; general remarks: application in the romanian system of settlements. *Analele Universitatii din Oradea – Seria Geografie*, n. 2. Oradea, Romania, 2010 (p. 238-245).

VEENHUIZEN, René van. The rural urban interface. In: SIDA – Swedish International Development Agency; ETC – Urban Agriculture Programme. Annotated bibliography on urban and periurban agriculture. Leusden, Holanda, 2003 (p. 714-755).

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª Ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

_____. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. Transcrição de exposição oral. 58ª Reunião da SBPC. Florianópolis, 2006. Página do autor em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Mudancas_nas_relacoes_entre_espacos.pdf. Acesso: 18/11/2011.

WAIBEL, Leo. A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente a utilização da terra – sua aplicação a Costa Rica. *Revista Brasileira de Geografia*, ano X, n. 1, jan-mar de 1948.